

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS NOS PENSARES E FAZERES DOS PRÉ-  
VESTIBULARES POPULARES ALTERNATIVA E PRÁXIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Igor Corrêa Pereira**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS NOS PENSARES E FAZERES DOS PRÉ-  
VESTIBULARES POPULARES ALTERNATIVA E PRÁXIS**

**por**

**Igor Corrêa Pereira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau  
de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nara Vieira Ramos

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS NOS PENSARES E FAZERES DOS PRÉ-  
VESTIBULARES POPULARES ALTERNATIVA E PRÁXIS**

elaborado por  
**Igor Corrêa Pereira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Nara Vieira Ramos, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

**Ane Carine Meurer, Dr<sup>a</sup>.** (UFSM)

**Cícero Santiago de Oliveira, Msc.** (COOPTEC)

Santa Maria, 12 de março de 2010.

*Dedico aos meus pais,  
Constantino e Arlete.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Oxalá, luz do mundo, força, luz e proteção. Saravá aos meus guias de luz.

À minha orientadora Nara Vieira Ramos, sem a qual talvez não chegaria ao fim desta dura jornada de idas e vindas a Santa Maria/RS.

Aos educadores Ane Carine Meurer e Cicero Santiago de Oliveira, pela generosidade em aceitar condições adversas para compor minha banca.

Aos meus pais, Constantino e Arlete, ao meu irmão Marcelo, pelo apoio incondicional.

Ao Programa de Assistência Estudantil da universidade, financiado pelos impostos do povo brasileiro, ao qual devo tenho o dever de retribuir minha formação acadêmica.

Às pesquisas que me antecederam, em especial na área de Pré-Vestibulares Populares, reflexo dessa intensa movimentação nacional de democratização da educação.

Aos coordenadores, educadores e educandos dos PVP's Alternativa e Práxis pela solicitude em colaborar com a pesquisa, e pelo aprendizado nos anos em que pude atuar nestes espaços

Aos amigos de fé Mauricio Scherer e Pablo Berned.

Às inúmeras pessoas que contribuíram e contribuem com minha formação, ao conjunto de professores que tive o prazer de dialogar nesse curso de Gestão Educacional, bem como aos colegas, obrigado por tudo.

Aos homens e mulheres que compuseram/compõem minha formação fora da sala de aula, militantes sociais dentro e fora da universidade, lideranças comunitárias, artistas de rua, lutadores contra a opressão que se manifesta de diferentes formas, no campo e na cidade, nas escolas, nas praças, nas relações de trabalho, nas relações humanas. Obrigado.

À corajosa e energética juventude do Araguaia, por essa paciente impaciência, essa gana incansável de mudar o Brasil.

À Luciele, pelo carinho em todos os momentos.

O substantivo “igualdade”, mesmo significando qualidade das coisas iguais (e, portanto, qualidade das coisas idênticas, indiferenciadas, colocadas no mesmo plano ou situadas no mesmo nível de importância), é valor que tem no combate aos fatores de desigualdade o seu modo próprio de realização. Quero dizer: não há outro modo de concretizar o valor constitucional da igualdade senão pelo decidido combate aos fatores reais de desigualdade. O desvalor da desigualdade a proceder e justificar a imposição do valor da igualdade. Com efeito, é pelo combate eficaz às situações de desigualdade que se concretiza, em regra, o valor da igualdade (valor positivo, aqui, valor negativo ou desvalor, ali). [...] O que se comprova é um estilo de vida já identificado pela tarja da desigualdade no Brasil. Desigualdades culturais, políticas, econômicas, sociais. É o desigual a servir como desafio de sua eliminação pelas normas jurídicas”.

*Ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal, em voto a favor da constitucionalidade do PROUNI enquanto política afirmativa.*

## RESUMO

Trabalho de Pós-Graduação  
Curso de Especialização em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NOS PENSARES E FAZERES DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES ALTERNATIVA E PRÁXIS**

AUTOR: IGOR CORRÊA PEREIRA  
ORIENTADORA: NARA VIEIRA RAMOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de março de 2010.

A problemática da pesquisa consiste nas implicações da implantação do Programa de Ações Afirmativas da UFSM nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) do Pré-Vestibular Popular (PVP's) Alternativa e do Práxis Coletivo de Educação Popular, dois espaços educativos formais gestados por estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, que mobilizam educandos interessados no preparo ao vestibular e impossibilitados de acesso a cursos preparatórios pagos. Na Fundamentação Teórica, a argumentação desenha uma evolução temporal da relação do público (Estado) com o privado (PVP's) no que diz respeito ao ingresso no ensino superior. Nesta evolução, pode-se destacar os anos noventa como um marco de proliferação dos PVP's, como resposta contraditória da sociedade ao Estado de feição neoliberal, que de maneira notável se exime de seu dever com a educação, fazendo com que este direito social transforme-se em serviço não-exclusivo do Estado, cada vez mais submetido à lógica do privado, e, portanto, com tendência de aprofundamento das desigualdades no acesso. Esta reflexão apóia-se em Saviani (2006); Peixoto (2004); Ribeiro (2002); Pereira (2007); Nascimento (1999) e Santos (2007). O texto explora essa contradição em sua dimensão político-pedagógica no interior dos cursinhos, ao mesmo tempo que acompanha o desenrolar das políticas públicas. Por meio de Grance e Maneiro (2003); Pereira (2007), Nascimento (2007), Santos (2007) e Oliveira (2008), percebe-se dois caminhos traçados pelos PVP's no país. Em um caminho, o PVP é projetado como política pública, cooptado pelo Estado, e procurando "tapar-buracos" de sua omissão com acesso ao ensino superior. De outro, ele projeta-se como movimento social, pressionando esse mesmo Estado com propostas concretas de democratização da universidade e da sociedade. Em meio a essa contradição, surgem as ações afirmativas como política pública. O Estado, com essa iniciativa, adota medidas de responsabilização com a educação, retomando seu significado de direito social. O vestibular, com isso, passa a adotar variáveis como cor/raça/etnia, origem escolar e necessidades físicas como critérios considerados para a seleção em várias universidades, dentre elas a UFSM, a partir de 2007. Na parte de Resultados e Discussão, por meio de entrevistas semi-estruturadas com educadores, educandos e coordenação pedagógica dos dois

PVP's, surgem as primeiras respostas. As dúvidas são comuns aos dois cursinhos, e as primeiras iniciativas partem dos educandos, que querem saber em que medida as mudanças vão efetivamente favorecê-los no concurso. Notou-se também "desconforto" com a emergência de sujeitos ocultos pelo antigo vestibular, em especial "o negro" e o "deficiente físico". Esse desconforto sinaliza a desacomodação de uma antiga ordem. Há uma demanda clara de debate sobre ações afirmativas, racismo, inclusão de pessoas com necessidades especiais. Essa demanda é de um repensar dos próprios PVP's dentro de sua contradição. Ao Alternativa, espaço projetado como política pública, revela-se a necessidade de reconhecimento dos limites quantitativos e qualitativos do PVP na promoção de ingresso efetivo à universidade e mesmo de ação afirmativa. Ao Práxis, espaço que projeta-se como movimento social, surge o desafio de alteração das pautas frente à desorganização da antiga ordem de seu principal interlocutor, o Estado. O momento registrado nesse trabalho é de uma fértil desacomodação que levará a caminhos político-pedagógicos que serão desenhados com a criatividade coletiva gestora destes espaços educativos.

**Palavras-chave:** Pré-Vestibulares Populares, Projeto Político-Pedagógico, Ações Afirmativas, público-privado.

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada para Pré-Vestibulares Populares .....	75
--	----

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	13
<b>1.1 A educação saindo da esfera pública e as respostas da sociedade: a origem de múltiplos projetos político-pedagógicos (PPP's)</b> .....	13
<b>1.2 PVP's: projetos diversos revelam contradições</b> .....	15
<b>1.3 Entre o PPP e a política pública: o projeto que se faz e se refaz</b> .....	19
<b>1.4 Programa de ações afirmativas: mudança no sistema de ingresso ao ensino superior</b> .....	20
<b>1.5 O Programa "Diversidade na Universidade": projetando os PVP's como alternativa às cotas</b> .....	24
<b>1.6 Manifesto em favor das cotas: projetando os PVP's como um movimento social</b> .....	26
<b>1.7 Práxis e Alternativa: Projetam os PVP's para quê?</b> .....	28
1.7.1 O Alternativa Pré-Vestibular Popular .....	29
1.7.2 O Práxis Coletivo de Educação Popular .....	30
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	32
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	36
<b>3.1 Práxis e Alternativa: projetos e políticas se entrecruzando</b> .....	36
3.1.1 Alternativa: o objetivo principal é aprovar no vestibular .....	36
3.1.2 O vestibular como limite político-pedagógico e a função do Alternativa ..	40
3.1.3 Práxis: projeta-se como movimento social .....	43
3.1.4 Os desafios de um projeto para além do vestibular e a função do Práxis .....	47
3.1.5 Os PVP's frente às ações afirmativas: dúvidas e incertezas .....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	71

## INTRODUÇÃO

A entrada no ensino superior no Brasil ainda é um privilégio. De acordo com o Plano Nacional de Educação, “no conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior” (BRASIL, 2001, p. 62). Enquanto países da América Latina, Europa, Canadá, EUA, Coréia, entre outros, já alcançaram um patamar entre 15 a 40%, o caráter de acesso de nossa universidade ainda é considerado de elite, com apenas 12% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados em instituições de ensino superior (BRASIL, 2001).

Os anos noventa, marcados fundamentalmente por políticas educacionais de feição neoliberal, não por coincidência foram a década de proliferação dos Pré-Vestibulares Populares (PVP's) em todo o país, espaços educativos que mobilizam estudantes de baixa renda, impossibilitados de pagar cursinhos privados de preparação ao vestibular. Ministrando os conteúdos previstos nos concursos vestibulares, estes espaços educativos não-formais possuem Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) distintos e antagônicos. A riqueza da contradição desses projetos frente, em especial, à implantação do Programa de Ações Afirmativas no sistema de ingresso das universidades ocupa o centro do presente trabalho de conclusão do curso de gestão educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A vivência do pesquisador é o ponto de partida dessa pesquisa, uma vez que atuou por três anos como educador da disciplina de Geografia nos dois PVP's ligados à UFSM: o *Práxis Coletivo de Educação Popular* e o *Pré-Vestibular Popular Alternativa*. A problemática da pesquisa consiste nas implicações da implantação do Programa de Ações Afirmativas da UFSM nos PPP's dos PVP's acima citados. Para que a problemática possa ser entendida, é necessário situar esta na implantação das ações afirmativas da UFSM, no processo de políticas de ingresso ao ensino superior. Precisa-se também possibilitar a visualização do quadro geral de PVP's no Brasil, bem como o caso de Santa Maria/RS, enfocando em especial a questão do PPP destes espaços, no que se refere às alternativas concretas que oferecem a seu público-alvo a respeito do ingresso no ensino superior.

Por isso a fundamentação teórica, início deste trabalho, será pautada pela problemática que parte da origem da proliferação dos PVP's e da construção de seus diversos PPP's antagônicos, que revelam em si a própria contradição político-pedagógica que se trava na sociedade frente à implementação do Programa de Ações Afirmativas. Na sequência, será delineado o objeto central de estudo, a análise dos PPP's dos PVP's Alternativa e Práxis.

Durante todo o percurso deste trabalho, o objetivo é articular o PPP dos PVP's em geral, e do Práxis e do Alternativa em particular, com as questões que envolvem a implantação do Programa de Ações afirmativas, com reserva de vagas no ingresso à universidade em nível nacional, e em especial na UFSM.

Na segunda parte deste trabalho serão apresentadas discussões sobre entrevistas semi-estruturadas realizadas no ano de 2008 com educandos, educadores e coordenação pedagógica dos dois cursinhos acima citados. Essas entrevistas versam sobre a impressão dos sujeitos entrevistados a respeito da implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFSM e sobre sua visão no que concerne aos objetivos dos cursinhos dos quais eles fazem parte. A intenção é, por meio destas entrevistas, apreender elementos que possam indicar mudanças no PPP dos PVP's em questão, no que diz respeito à implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFSM.

Na terceira parte, o objetivo é apresentar contribuições para a construção de projetos de educação, tendo em vista o enriquecimento de elementos teóricos e práticos que a implantação das políticas afirmativas tem proporcionado não só para os PVP's, mas para a sociedade como um todo.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 A educação saindo da esfera pública e as respostas da sociedade: a origem de múltiplos projetos político-pedagógicos (PPP's)

Ao largo do Estado, movimentos sociais populares organizam-se e começam a criar alternativas de trabalho e de relações cooperativas para enfrentar o desemprego, alternativas estas muitas vezes cooptadas por empresas e pelo próprio Estado no intuito de reduzir custos com direitos sociais. Como Ferreira (1993, p. 228), penso que “a humanidade não deixa de inventar e de se inventar”. Nesse movimento, em que as camadas populares criam novas formas de produzir, de conviver e de educar-se, gestam-se também novos conceitos, nos quais o conteúdo, marcado pelas práticas de cooperação e de solidariedade, projeta a emancipação social em sentido mais amplo do que o proposto pelos princípios abstratos de liberdade e de igualdade, ampliando-se, assim, o horizonte da educação para além da cidadania burguesa (RIBEIRO, 2002, p. 125).

Para alcançar o objetivo geral deste estudo, que é o de identificar implicações da implantação do programa de ações afirmativas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) dos Pré-Vestibulares Alternativa e Práxis, faz-se necessário um breve resgate do processo que contextualizou os PVP's enquanto um fenômeno de ocorrência nacional. Para isso, faz-se imprescindível situar a educação no cenário político e social brasileiro, notadamente nos anos noventa, que é apontado como um marco de proliferação dos PVP's (MITRULIS & PENIN, 2006; NASCIMENTO, 2007; SANTOS, 2007).

Trata-se de um período de emergência do modelo político econômico por muitos autores denominado de neoliberal. Neste modelo, o Estado tem seu papel político redefinido, perdendo responsabilidade em relação às políticas sociais, sobretudo à educação. Assim, nos anos noventa, no Brasil se assiste à emergência de uma política educacional definida por Saviani (2004) como “flexibilizadora e descentralizadora de responsabilidades”.

Segundo esta lógica, não deve caber somente ao Estado o dever da manutenção de escolas, por exemplo, transferindo-se parte dessa obrigação a

empresas, organizações não-governamentais, a comunidade próxima à escola, os pais e os próprios cidadãos individualmente considerados, no

sentido de que cooperem, pela via do voluntarismo e da filantropia, na manutenção física, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas (SAVIANI, 2006, p. 41)

Em outras palavras, segundo Peixoto (2004), “a política neoliberal concretizada em nosso país” faz com que a educação saia da esfera do público e entre na esfera do privado, saia da esfera dos direitos e se posicione na dos serviços não exclusivos do Estado, a exemplo da saúde e da previdência social.

Neste contexto de redefinição do papel do Estado em relação ao seu papel com a educação, emergem os Pré-Vestibulares Populares justamente como, num primeiro momento, iniciativas da sociedade (movimento negro, comunitário, estudantil, setores da Igreja Católica, sindicalistas, Organizações Não-Governamentais, etc) no sentido de responder a uma enorme demanda pelo acesso ao ensino superior que não estava sendo atendida suficientemente pelo Estado de feição neoliberal. Esta movimentação surge no bojo da luta de diversos movimentos sociais na pressão ao Estado pela democratização da educação, entre outras pautas (NASCIMENTO, 2007).

Como a educação entrou mais deliberadamente na esfera do serviço, perdendo sua dimensão de direito do cidadão, para adquirir dimensão de “direito do consumidor”, seu acesso com qualidade ficou mais restrito, em grande parte, aos setores da sociedade que têm condições para pagar por uma educação básica privada e por cursos preparatórios pagos para o vestibular. E que podem, com isso, acessar principalmente as universidades públicas que, como se sabe, são responsáveis pela minoria das matrículas do ensino superior, e que por isso mesmo são espaços concorridos e de muito mais difícil acesso.

Este cenário não-resolvido pelo Estado de feição neoliberal agravou as desigualdades sociais e produziu respostas da sociedade, advindas da necessidade de acesso ao ensino superior por parte de uma grande parcela da juventude. Estas respostas sociais não são homogêneas, construindo espaços educativos que, apesar de receberem na maioria das vezes a denominação de PVP's, possuem projetos político-pedagógicos distintos.

Neste sentido, é importante ressaltar a seguinte explicação sobre a origem desses espaços educativos: “Estando fora do aparelho de Estado, mesmo que, na maior parte das vezes direta ou indiretamente estejam recebendo/pleiteando apoio

do poder público para a sua criação e manutenção, os PVPs operam na dimensão do privado, da sociedade civil” (PEREIRA, 2007, p. 94). Ou seja, o fato de a emergência dos PVP's, espaços que operam na dimensão do privado, ser os anos noventa, não é mera coincidência. É um sintoma da emergência das políticas de feição neoliberal no país.

Neste sentido, justifica-se o objetivo deste estudo em procurar entender as implicações das políticas educacionais nos PPP's dos cursinhos populares, pois são fenômenos intimamente imbricados. O PPP será aqui entendido como uma resposta de setores da sociedade ao contexto social das políticas educacionais. São respostas que projetarão uma diversidade – muitas vezes antagônica – de caminhos possíveis a essa necessidade social indubitavelmente premente em nosso país. Este estudo procura identificar um pouco dessa diversidade de projetos, que é uma diversidade de respostas ao contexto vivido pela sociedade nos últimos vinte anos.

## **1.2 PVP's: projetos diversos revelam contradições**

Como fora dito anteriormente, os PVP's são espaços educativos que emergem como fenômeno expressivo, em resposta às necessidades de acesso ao ensino superior não-atendidas por um Estado que transfere boa parte da sua responsabilidade com a educação para a esfera privada, que compreende desde empresas e Organizações Não-Governamentais até sindicatos, movimentos sociais, Igrejas, etc. Convém ressaltar que conforme a EDUCAFRO (apud PEREIRA, 2007, p.63), “estima-se que, no final de 2004, existiam mais de 1000 cursos pré-vestibulares populares no Brasil, mobilizando de 50.000 a 100.000 pessoas”. É importante situar que as experiências alternativas aos cursinhos privados são um fenômeno nacional, que se materializa nas principais capitais, mas também em grandes e médias cidades do Brasil (BACHETTO, 2003), entre elas Santa Maria/RS.

Cabe destacar ainda que, apesar da multiplicidade político-pedagógica destes projetos, pode-se apontar como ponto em comum a utilização do ensino de conteúdos exigidos nos vestibulares como um elemento que mobiliza um grande número de estudantes interessados no ingresso no Ensino Superior e dele barrados em função da histórica barreira que o vestibular representa para as classes

populares e grupos sociais discriminados (SANTOS, 2007; EDUCAFRO, 2008; NASCIMENTO, 1999).

Se os PVP's são um fenômeno atribuído à sociedade, principalmente ao movimento negro e estudantil, e se manifestam nacionalmente, é também fato, como já foi dito, que abrigam projetos contraditórios. Por isso a importância da discussão do PPP destes espaços educativos. Importa afirmar que aqui se entende PPP como ação intencional, com caminho definido coletivamente frente à principal necessidade que origina os PVP's: a dificuldade de acesso ao ensino superior principalmente aos estudantes de baixa renda e/ou negros<sup>1</sup>. Os caminhos dos PVP's são diversos, como o apontam Grance e Maneiro:

muitos surgiram como ações de solidariedade com os “mais desfavorecidos”, outros começaram como ações de filantropia, muitos como espaços que buscavam articular estes aspectos com as necessidades dos estudantes universitários voluntários de realizar práticas como docentes, por fim outros se originaram com objetivos mais claramente políticos por militantes sindicais ou políticos (GRANCE; MANEIRO, 2005, p. 2).

Percebe-se neste trecho a diversidade de intenções que motivam a construção destes espaços. Acerca deste tema, Santos afirma que existem, no interior dos PVP's, “duas vertentes [de pensamento], a daqueles que politizam sua inserção e a daqueles que negam a dimensão política de sua atuação, se imbricam na cotidianidade dos cursos, disputando cada momento de construção de iniciativas” (SANTOS, 2007, p 57).

A primeira vertente de pensamento entende a importância da preparação para o vestibular, mas também procura questionar ideologicamente a lógica que fundamenta o vestibular. Para este grupo, a preparação ao vestibular deve ser aliada a atividades que sobressaiam à mera preparação para este concurso. Alexandre do Nascimento, ao defender essa linha, afirma que:

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar aqui que o PPP dos PVP's não precisa ser um documento oficial redigido sob esta alcunha. Apesar de serem espaços educativos formais, são diferentes das escolas, onde esse documento é exigido por lei. Procura-se aqui identificar as intenções dos PVP's bem como as visões de sociedade que fundamentam estas intenções, por meio de outros documentos escritos (artigos, dissertações, sítios oficiais dos cursinhos, etc.) ou até mesmo, como no caso dos PVP's Alternativa e Práxis, as entrevistas de educadores, educandos e coordenação pedagógica destes espaços. Todos esses documentos expressam visões de mundo, objetivos e intencionalidades de maneira sistematizada. Portanto, revelam PPP's.

nos Cursos Pré-Vestibulares Populares a pedagogia deve ser necessariamente diferente, pois se tratam de cursos que se propõem a trabalhar com os grupos historicamente marginalizados e sem possibilidades de acesso ao ensino superior público, dada a baixa qualidade do ensino básico que normalmente têm acesso (principalmente o ensino público) e em face de uma realidade social de imensas dificuldades materiais. Os cursos pré-vestibulares populares devem ser mais que mero treinamento devem ser espaços de estudos, mas também de análises das relações sociais, de organização de alternativas e produção de propostas de democratização da educação e da pedagogia (NASCIMENTO, 2005, p.90).

A segunda vertente é aquela que entende que sua tarefa dentro do PVP é meramente a de trabalhar no preparo para o concurso vestibular. Para tais professores, o ponto principal a ser atacado em um PVP é o baixo poder aquisitivo dos alunos. Por isso a única diferença, segundo essa linha de pensamento, do cursinho popular para o cursinho privado é a sua gratuidade. Este grupo argumenta sua lógica no fato de que os alunos do cursinho, ao procurarem o projeto, estão interessados no preparo para o vestibular, portanto seria uma falta de seriedade do cursinho procurar misturar outras questões no conjunto de atividades. O tempo seria outro argumento. Com apenas seis meses de aula ou até menos, seria difícil garantir uma eficiência de aprendizado para o vestibular, inserindo atividades-extra tais como seminários, oficinas, aulas de cidadania ou outras atividades voltadas a chamada “formação cidadã”.

Conforme Grance e Maneiro, pode-se constatar um predomínio do segundo grupo dentro dos PVP's. Sobre isso os autores escrevem:

a atividade de assistência focalizada foi a ação principal, muito centrada em “passar matéria” para um bom desempenho nas provas. É muito possível que outros desejos estivessem entre aqueles que intervinham nestes projetos, mas o vestibular é complicado e o tempo escasso. Assim, dentro dos cursinhos pré-vestibulares resta pouco espaço para atividades complementares. Por isto muitos acham que a lógica do vestibular, com sua proposta competitiva que vê em cada um dos participantes um adversário, coloniza as práticas que tentam ser alternativas (GRANCE; MANEIRO, 2005, p. 2).

Pode-se dizer que, para além de serem somente diferenças, as posições apontadas acima são mesmo antagônicas, apontam caminhos que se contradizem. De um lado entende-se que o PVP, para além do treinamento ao vestibular, deve ser espaço de produção de propostas de democratização da educação e da pedagogia. A democratização da educação é uma reivindicação política que se pretende

atendida por quem cabe atender, ou seja, o Estado. Esta visão, portanto, entende os PVP's como um movimento social de democratização da educação, que deve pressionar o Estado para que garanta o direito à educação<sup>2</sup>.

De outro lado, entende-se o PVP como um espaço unicamente preparatório ao vestibular, rejeitando as demais dimensões político-pedagógicas possíveis a estes espaços. Este posicionamento se revela pelo fato de sua visão do problema focar numa única questão, tentando atacar somente um único ponto que sustenta a problemática da elitização do acesso ao ensino superior, que é a questão do impedimento ocasionado pelo baixo poder aquisitivo dos vestibulandos que frequentam os PVP's. Ao conceber que o objetivo dos PVP's é o de unicamente fornecer preparação gratuita ao vestibular, se está dizendo, concretamente, que “resolvido” o problema da preparação, que em um primeiro momento seria iníqua, a ideologia da “igualdade de chances para todos” pode valer como verdade.

Está-se concebendo como verdade, em outras palavras, um dos paradigmas de modernização do “neoliberalismo de mercado”, que prevê a “seleção dos melhores, baseada em critérios naturais de aptidão e de inteligência; elitismo psicocultural (seletividade meritocrática)” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p.89).

Estas vertentes de pensamento vão produzir caminhos contraditórios nas relações com as políticas educacionais. Enquanto o primeiro grupo, que projeta ações de movimento social, vai reivindicar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, dentre elas o próprio Programa de Ações Afirmativas com cotas para negros e egressos de escolas públicas nas universidades, o segundo grupo acabará propiciando o que Marlene Ribeiro alertou, que é a “cooptação das alternativas criadas pelos movimentos sociais pelo Estado a fim de reduzir gastos com direitos sociais” (RIBEIRO, 2002, p. 125).

Ou seja, de um lado tem-se a resistência, e de outro a capitulação à lógica neoliberal de privatização<sup>3</sup> da educação. Na sequência, essa contradição será

---

<sup>2</sup> A ideia dos PVP's como movimento social pode ser encontrada em vários artigos de Renato Émerson dos Santos, geógrafo da UERJ, bem como em: NASCIMENTO, Alexandre. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ, 1999 (Dissertação de Mestrado).

melhor explicitada na relação dos PPP's com as políticas educacionais de acesso ao ensino superior.

### **1.3 Entre o PPP e a política pública: o projeto que se faz e se refaz**

Todo o projeto político-pedagógico é – ou deveria ser – uma ação intencional, planejada, que ao virar prática, demanda o repensar do próprio projeto. Assim, todo o projeto é dinâmico, é processual, porque deve se pautar na realidade, que também é dinâmica (NASCIMENTO, 2008).

Os PPP's dos PVP's, como já vistos, são contraditórios, mas todos são respostas de setores sociais que partem de um contexto concreto: a dificuldade de acesso ao ensino superior por parte notadamente de uma parcela da juventude pobre e/ou negra. No entanto, essa realidade não é estática. As políticas educacionais vão mudando, e com elas vai se criando a necessidade de repensar os projetos.

Desta forma, nesta parte do trabalho cabe uma caracterização das implicações do Programa de Ações Afirmativas na elaboração e reelaboração dos PPP's diversos e contraditórios dos PVP's, procurando a todo o momento verificar a ação que modifica o real e, por conseguinte, a teoria, criando prática repensada, no âmbito dos PVP's.

### **1.4 Programa de ações afirmativas: mudança no sistema de ingresso ao ensino superior**

Para que se possa traçar um quadro mais completo do significado que a implementação do sistema de cotas étnico-sociais significa na alteração do sistema de ingresso no ensino superior, faz-se necessário o entendimento do que o tradicional vestibular representa. Principalmente tendo-se como referência o ponto

---

<sup>3</sup> Aqui o termo privatização é utilizado para descrever a transferência da responsabilidade com a educação da esfera pública ou estatal para a esfera privada, que compreende tanto as empresas privadas como a própria sociedade que se organiza para preencher as lacunas deixadas pelo Estado mínimo.

de vista dos PVP's, que são, ainda que “aparentemente”, espaços críticos à elitização do ensino superior, pode-se dizer que o foco central da crítica ao vestibular é a de que, por natureza, é um sistema que favorece as classes sociais hegemônicas na sociedade, que são predominantemente brancas, possuem um nível de renda considerável, prepararam-se em sistemas de ensino privados, e possuem pais ou mães com escolaridade elevada. Sobre isso, é importante a leitura de MUNHOZ; SANTOS (2006), que fazem um estudo sobre o resultado da implantação das cotas para a democratização da UFBA nos quesitos etnia, renda, escolaridade.

Aqui, utiliza-se o termo “aparentemente” por haver uma concordância com Santos (2005) que detecta uma pluralidade considerável de concepções no interior desses projetos, contendo desde os grupos que se atraem pelos PVP's imbuídos de um voluntarismo desprovido de crítica a elitização do ensino superior, até aqueles que tem objetivos mais claramente críticos a esse sistema. Os PVP's, portanto, são objetos de disputa de projeto político-pedagógico, não sendo portanto dada a noção de que estabelece realmente uma crítica a elitização do ensino superior. Conforme a avaliação deste autor:

O vestibular é, portanto, um ponto de tensão social, um filtro social que assegura a elitização do acesso a saberes valorizados nas sociedades modernas, saberes (técnicos e acadêmicos) que balizam e potencializam diferenciais de capacidade e possibilidade de intervenção nas formas de reprodução e regulação social (SANTOS, 2005, p.09)

O vestibular funciona como uma peneira que define um perfil mais ou menos homogêneo de aprovados, que na maioria das vezes não são os que têm maior sede de conhecimento, mas sim os que simplesmente estão mais aptos a se sair bem das “pegadinhas” colocadas pelas questões da prova. Sobre isso argumenta Benevides:

De que adianta festejar o garoto que tirou os primeiros lugares nos vestibulares mais concorridos, se ele próprio confessa, em entrevista à revista Veja, que não leu livro algum, apenas os resumos dados pelo colégio de elite? O vestibular tem que ser radicalmente mudado, e cada área deve ser responsável pela sua seleção (BENEVIDES, 2004, p.22).

Apesar de não haver tramitado nenhuma medida, até o momento, que determine um vestibular descentralizado por áreas, como propôs a autora Maria Victoria Benevides, o certo é que o ingresso ao ensino superior passou a ser alterado efetivamente a partir dos anos 2000, em grande parte devido às pressões do movimento negro e estudantil. O sistema de cotas enquanto ação afirmativa de acesso ao ensino superior foi implementado pela primeira vez no Brasil em 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por meio da sobreposição de duas leis estaduais: uma que previa 50% de reserva de vagas para estudantes provenientes de escola pública e outra que estabelecia 40% de vagas para estudantes negros ou pardos (PINTO, 2005).

Convém frisar que a *ação afirmativa* compreende a ideia de que o tratamento de pessoas que estão em condições de desigualdade de maneira igual contribui com o acirramento das desigualdades. Assim, a política de cotas é uma ação afirmativa que promove privilégios de acesso à educação universitária a grupos historicamente alijados desse espaço, tais como estudantes de escola pública, afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais<sup>4</sup>. Assim, normativamente, o fundamento das ações afirmativas seria o artigo 3º, inciso 3º da Constituição, que reza ter o Brasil como objetivo principal a erradicação de toda e qualquer desigualdade social. Assim, partindo do princípio de que materialmente o Brasil possui uma sociedade desigual, é preciso uma política que afirme grupos em situação de desvantagem para que se promova a diminuição dessa desigualdade (SALDANHA, 2008).

O debate sobre ações afirmativas começou a surgir nos anos sessenta nos Estados Unidos, a partir da pressão por direitos civis do movimento negro estadunidense (MOEHLECKE, 2002). A partir dos anos noventa, após muita pressão do movimento negro brasileiro, o Estado Brasileiro reconheceu a existência do racismo no país, passando a se preocupar com o seu combate, ainda que timidamente (NASCIMENTO, 2005). A partir de 2004 a Universidade de Brasília instituiu o primeiro sistema universitário de cotas em nível federal. Quatro anos mais

---

<sup>4</sup> A respeito do significado jurídico e normativo do conceito de ação afirmativa, uma leitura introdutória recomendável é: MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, nov. 2002.

tarde, segundo levantamento da UERJ de 2008, mais da metade das universidades estaduais e 42% das federais já adotam algum tipo de ação afirmativa no Brasil.

No ano de 2007, a Universidade Federal de Santa Maria adotou a política de ações afirmativas, reservando 35% de suas vagas para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes, e pessoas com necessidades especiais, além de cinco vagas suplementares para indígenas. Recentemente, foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a reserva de 50% das vagas da Universidade para alunos oriundos de escola pública, estabelecendo-se proporcionalidade para pessoas negras, indígenas, e pessoas com necessidades especiais<sup>5</sup>. Com grande velocidade, pode-se dizer que o sistema de ingresso ao ensino superior, no país, está se alterando significativamente.

A ocorrência nacional dos PVP's tem íntima ligação com o movimento negro e estudantil, e portanto com a pressão social pelo Programa de Ações Afirmativas. Devido à recente implementação dessas ações, é difícil afirmar em que medida os novos marcos regulatórios vão alterar o perfil universitário. Conforme ponderam Santos e Queiroz (2006), "faltam análises que possam nos oferecer instrumentos capazes de medir o impacto dessas políticas nas universidades". O sistema anterior está sendo alterado efetivamente? Em que medida? Quais as implicações da mudança de um sistema amparado na noção de mérito para um sistema que leva em conta recortes étnicos e sociais?

Precisamente este último questionamento trata-se do ponto central desta pesquisa. O presente momento trata-se de uma transição dos critérios de ingresso ao ensino superior em nível nacional. Significa que o Estado Brasileiro está decidindo modificar estes critérios por admitir que os anteriores não estavam dando conta de atender a princípios constitucionais de erradicação das desigualdades. Esta mudança, evidentemente, não se dá sem conflitos. O texto normativo das

---

<sup>5</sup> "O projeto de lei 546/07 foi aprovado no Senado no último dia 1º/07/08, reservando 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, para estudantes provenientes de escola pública. Também esta garantida cota para os que se declarem negros e índios, pelo menos em igual proporção à participação de negros e índios na população da unidade da federação onde for instalada a instituição de ensino. Pessoas com deficiência terão acesso às vagas reservadas independentemente do fato de terem estudado em escolas públicas" (ESTUDANTE NET: Portal oficial UNE e UBES. *Comissão de Educação aprova reserva de vagas em instituições federais e tecnológicas*. São Paulo, 02 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.une.org.br/home3/movimento\\_estudantil/movimento\\_estudantil\\_2007/m\\_12873.html](http://www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2007/m_12873.html)> Acesso em: 05 nov. 2008).

resoluções de ações afirmativas de várias universidades começou a ser questionado na justiça, no que diz respeito a sua constitucionalidade.

Na centralidade das discussões nos tribunais, está o entendimento constitucional da ideia de igualdade. Aqueles que são contra as ações afirmativas argumentam que sua inconstitucionalidade está no fato de que elas feririam o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma espécie<sup>6</sup>. Os tribunais que têm sido chamados a julgar a matéria, até o presente momento, têm reconhecido que as ações afirmativas promovem a igualdade material, não ferindo, portanto, a Constituição (SALDANHA, 2008).

A despeito das disposições em contrário, as medidas afirmativas nas universidades estão entrando em vigor. Aqui na UFSM, o final do semestre de 2009 trouxe o terceiro vestibular com cotas da instituição. A questão central que consiste na proposta desta investigação é a respeito das implicações dessa mudança no vestibular para os PVP's organizados pelos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria.

Entre os movimentos sociais que discutem educação, bem como na academia e no governo federal, intensificam-se o pensar e o fazer a respeito de uma Reforma Universitária que permita mudanças na forma de acesso à universidade. O vestibular passa cada vez mais a sofrer críticas pelo seu caráter excludente em relação às camadas mais populares da juventude. A extinção do vestibular já figura no horizonte de políticas em vias de implementação pelo Ministério da Educação. Apresenta-se como desafio claro a construção de outro modelo de ingresso, pautado por outros parâmetros que não a questionável "meritocracia" do vestibular.

Estas mudanças não estão acontecendo sem conflito. O Programa de Ações Afirmativas tem ocasionado uma tensão política na sociedade, materializada nas ações de inconstitucionalidade impetradas na Justiça contra a medida. De um lado, há os que defendem o mérito como critério único para o ingresso e deslegitimam as noções étnico-sociais (raça, etnia, origem escolar, necessidades físicas) como variáveis a serem consideradas; de outro, há aqueles que condenam o caráter

---

<sup>6</sup> O procurador da República de Santa Catarina, Davy Rocha, tem defendido na justiça o direito dos que considera prejudicados pela implementação das cotas. Em sua argumentação ele tem defendido que a "capacidade intelectual não está na raça ou na condição social" (cf. Folha de São Paulo, 28 jan. 2008).

elitista do vestibular, apontando a necessidade de democratizar étnico-socialmente o ensino superior, considerando para isso, a reserva de vagas como indispensável.

Essa contradição político-pedagógica situa a importância dos Pré-Vestibulares Populares (PVP's). Tanto os posicionamentos favoráveis quanto os contrários às cotas projetam político-pedagogicamente os PVP's. A diferença de concepção entre os dois posicionamentos define pelo menos dois projetos distintos para estes espaços de ensino. No presente capítulo, serão situados estes posicionamentos, bem como a concretude de seus projetos político-pedagógicos em relação aos PVP's.

### **1.5 O Programa “Diversidade na Universidade”: projetando os PVP's como alternativa às cotas**

É importante ressaltar que a necessidade de cotas passa a ganhar força a partir da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, das Nações Unidas, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul. Os documentos resultantes desta conferência, dos quais o Brasil é signatário, recomendavam claramente a adoção deste tipo de política, que passava a configurar, naquele mesmo período, como uma das bandeiras do movimento negro no Brasil (ALMEIDA, 2008).

No entanto, para os grupos dentro do governo contrários a adoção dessa política, os PVP's surgiram como espécie de “válvula de escape” para aliviar a pressão que vinha de dentro e de fora do Brasil. Para os grupos contrários às cotas, os PVP's eram vistos como espaços de treinamento para o vestibular de pessoas que não tem condição de acessar aos cursinhos privados. Nesta perspectiva, os PVP's poderiam substituir a implementação das cotas étnico-sociais, como o que foi tentado pelo ministério da educação do governo Fernando Henrique Cardoso, que implementou no fim de 2002 o programa “Diversidade na Universidade”. Esse programa tinha como um dos eixos apoiar financeiramente PVP's, denominados Projetos Inovadores de Curso (PIC), para que fizessem o recorte étnico-racial, atingindo assim, segundo essa concepção, o público beneficiado pelas cotas sem a

necessidade da implementação da reserva de vagas (NASCIMENTO, 2007; ALMEIDA, 2008).

A ideia de promover a inclusão de negros e pobres no ensino superior sem a necessidade de cotas, mas através dos PVP's, foi cortejada por alguns pesquisadores e gestores educacionais. Em artigo intitulado *Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo*, os autores Simão Dias Vasconcelos e Ednaldo Gomes da Silva procuram mostrar a eficiência dos PVP's como instrumento potencializador dos candidatos ao vestibular através de estudos acerca dos resultados do Programa Pré-Vestibular Acadêmico Professores do Terceiro Milênio, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). De acordo com os autores, o sucesso do projeto – que aprova até 45% de seus alunos – demonstra a desnecessidade da implementação das cotas. Sobre isso, argumentam:

Se em dez meses é possível preparar alunos egressos de escolas públicas, dando-lhes uma base intelectual que lhes amplia o acesso à universidade pública por mérito, o que não poderia ser feito se, ao invés do sistema de cotas, tivéssemos programas de capacitação e valorização profissional de professores da rede pública e políticas eficientes de melhoria da escola pública? Ainda seria necessário um sistema de cotas? (VASCONCELOS; SILVA, 2005, p.464).

A partir de monografia escrita por Cícero de Oliveira (2008), pode-se notar que o mesmo raciocínio foi seguido pelo então reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Paulo Jorge Sarkis. Em 2004, Sarkis propôs que os trabalhos dos PVP's financiados pela universidade e geridos pelos estudantes da instituição – Alternativa e Práxis – dirigissem-se prioritariamente para a comunidade afrodescendente da região, com vistas a conseguir a equidade de acesso através destes projetos. De acordo com a proposta, os PVP's seriam unificados e supervisionados pela Comissão Permanente do Vestibular (Coperves).

Assim, para Sarkis, os PVP's funcionariam como um de uma série de instrumentos a serem introduzidos – como mecanismos de avaliação e seleção durante o Ensino Médio, desenvolvimento de programas de formação continuada de professores e de informação sobre as carreiras universitárias, como a Feira das Profissões – para melhorar a qualidade do ensino básico, aproximando os candidatos do espaço universitário. A proposta não avançou porque os PVP's, e em

especial o Práxis, não abriram mão de sua autonomia político-pedagógica e não quiseram servir de instrumento para barrar as cotas (OLIVEIRA, 2008)<sup>7</sup>.

De modo que se tenha ideia da extensão do “Diversidade” no apoio aos PVP’s, convém destacar que no quarto ano de implantação do programa foram apoiados 95 PIC’s, beneficiando 13.623 alunos. Desse conjunto de estudantes, apenas 2000, cerca de 15%, ingressaram em Instituições de Ensino Superior (FERNANDES, 2008). A respeito dos resultados práticos do programa, Dutra e Escobar (2008) fazem o seguinte questionamento:

Até o momento, os resultados do PIC são insignificantes. É muito investimento para se alcançar apenas 17,5% de aprovação no vestibular. O que este percentual poderia expressar? (DUTRA; ESCOBAR, 2008, p.68).

O otimismo apontado por Vasconcelos e Silva com base no PVP Professores do Terceiro Milênio, que segundo os autores aprova em torno de 45% de seus alunos, não se comprovou no conjunto de PVP’s apoiados pelo “Diversidade na Universidade”. Em termos quantitativos, a tentativa de substituir as cotas projetando os PVP’s como promotores da inclusão de negros, indígenas e pobres foi um fracasso. No entanto, não se pode negar que este é um projeto político e pedagógico que prevê um objetivo claro para os PVP’s: atuar como alternativa à implementação da reserva de vagas nas universidades.

## **1.6 Manifesto em favor das cotas: projetando os PVP’s como um movimento social**

Para os posicionamentos favoráveis às cotas, existe uma visão inversa a respeito do papel dos PVP’s. Ao invés de agirem como alternativas às cotas, eles serviriam como agentes de tensionamento do Estado para que este implemente medidas efetivas de democratização do acesso ao Ensino Superior. Dentro dessas medidas, insere-se a reserva de vagas para negros, indígenas e carentes. Por este

---

<sup>7</sup> Cabe destacar que, no ano de 2007, o PVP Alternativa acabou aderindo ao Programa “Diversidade na Universidade”, atuando como um Projeto Inovador de Curso, colocando em prática, ao menos em partes, a proposta elaborada aos PVP’s em 2005.

viés, os PVP's são vistos como um movimento social, e não como parte de uma política pública (NASCIMENTO, 1999; SANTOS, 2005).

Esta perspectiva se deve à colaboração de organizações do movimento estudantil, do movimento negro, e de setores progressistas da Igreja Católica na construção de vários PVP's. Para Thiago Pereira, “a popularização dos cursos populares é tributária do Movimento Negro organizado e das experiências dos cursos pré-vestibulares voltados à comunidade negra” (PEREIRA, 2007, p.62). O protagonismo do movimento negro na realização de diversas experiências pedagógicas em PVP's espalhados em vários lugares do país constitui-se na intersecção entre a questão da democratização do acesso ao ensino superior e na luta antidiscriminatória pelas ações afirmativas que propõe, entre outras medidas, a realização de cotas étnico-raciais para o ingresso ao ensino superior.

Os principais atores dessa perspectiva situam-se notadamente no Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), situado em seis municípios do Rio de Janeiro, e no Educação e Cidadania para Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO), organizado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Distrito Federal. O PVNC foi criado em 1993, e se define como um movimento de educação popular laico e apartidário que atua na educação através da capacitação para o vestibular de estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negros em particular (PVNC, 2006). O EDUCAFRO, criado em 1993 na cidade de São Paulo e ligado à Igreja Católica (Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil), tem como objetivo garantir o acesso e a permanência do estudante negro e ou carente no ensino universitário (EDUCAFRO, 2008). Estes dois PVP's vão participar ativamente da militância pró-cotas na qualidade de movimento social.

Com colaboração intensa desses dois PVP's, em 04 de julho de 2006, ativistas e professores entregaram aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o “Manifesto em Apoio às cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”, com *600 assinaturas* (hoje já há mais de 2100 assinaturas). Documento semelhante foi entregue ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Esta ação, a um só tempo, pretendia afirmar a posição dos movimentos sociais de considerar o projeto da Lei de Cotas nas Universidades como essencial para a efetivação da democracia; mostrar amplo apoio acadêmico às cotas através

de assinaturas de professores de várias universidades do país; contrapor o Manifesto contrário às cotas que havia sido entregue ao Congresso dias antes com 47 assinaturas angariadas entre alguns professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de São Paulo (USP) e alguns ativistas. A redação e organização do manifesto ficou a cargo de Alexandre do Nascimento, líder do PVNC, de Frei David Raimundo, líder do EDUCAFRO, e de José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília (UnB) (PVNC, 2006).

Segundo tal documento,

foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades que impulsionou a atual luta nacional pelas cotas, cujo marco foi a Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida, em 20 de novembro de 1995, encampada [entre outros movimentos, por] cursinhos pré-vestibulares para afrodescendentes e pobres (NASCIMENTO et. al., 2006).

A atuação desses PVP's situa-os na linha de frente na pressão pela implementação de uma política pública concreta, a política de cotas. E para além disso, insiste na política de permanência no ensino superior como condição indispensável para a democratização dos processos de difusão e produção e do conhecimento (PVNC, 2006).

Da mesma forma, a partir do Programa "Diversidade na Universidade", tem-se um projeto claro para os PVP's: atuar como movimento social na pressão por políticas públicas de democratização da educação, dentre elas o programa de ações afirmativas com reserva de vagas. Em seguida, a tentativa será a de visualizar os projetos dos PVP's centralmente estudados, o Práxis e o Alternativa.

### **1.7 Práxis e Alternativa: Projetam os PVP's para quê?**

O objeto central deste trabalho são dois PVP's que funcionam na UFSM: o Práxis Coletivo de Educação Popular e o Alternativa PVP. Convém breve caracterização de ambos os cursinhos em relação aos seus projetos pedagógicos.

#### **1.7.1 Pré-Vestibular Popular Alternativa**

O Curso Pré-Vestibular Popular Alternativa foi criado em 2000 por estudantes de Agronomia, tendo como objetivo “preparar alunos desprovidos financeiramente para concorrer ao vestibular, proporcionando crescimento cultural, crítico e reflexivo, oportunizando aos professores a preparação didática, metodológica, pedagógica e o contato com a realidade social”, conforme consta na página do Alternativa na internet. O cursinho é um Projeto Institucional de Extensão Universitária da UFSM, mas que oferece uma relativa autonomia de gestão por parte dos estudantes de licenciatura que participam do projeto como educadores e como coordenação pedagógica.

Atualmente, o cursinho Alternativa oferece 150 vagas gratuitas, com a disponibilização gratuita de apostilas, elaboradas pelos estudantes de licenciatura participantes das disciplinas e financiadas pela Universidade. As aulas são ministradas no terceiro andar do Prédio de Apoio Didático e Comunitário da UFSM (Antigo HUSM), situado na Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 1750. Além das aulas preparatórias para as provas do vestibular nas disciplinas previstas pelo programa – Biologia, Filosofia, Física, História, Literatura, Matemática, Português, Química, Redação, e Línguas Estrangeiras – o curso oferece aulas extracurriculares intituladas de “Cidadania”, na qual aborda “palestras com temáticas diversas, colocando também a discussão crítica e social dos problemas que envolvem os educandos em seu cotidiano, justificando assim, mais uma proposta do projeto. Além disso, este espaço é dedicado também à realização de Orientação Vocacional”, segundo o endereço virtual do PVP.

Nota-se que, diferentemente dos PVP’s anteriormente citados, o Alternativa não enfatiza o recorte étnico-racial. Seu público alvo é definido unicamente pela questão socioeconômica: “alunos desprovidos financeiramente para concorrer ao vestibular”. Nota-se também que, ao menos no plano discursivo, o PPP do Alternativa reúne ao mesmo tempo solidariedade com os desfavorecidos economicamente para a preparação ao vestibular – segundo o lema do projeto, ele se volta “para quem o sistema não oferece alternativas” – e a preocupação com a formação inicial dos acadêmicos das licenciaturas, que tem neste espaço uma oportunidade de prática docente. Assim, a preocupação com a democratização do ensino superior, ou com a crítica ao elitismo universitário, ao menos no plano do

discurso, não ocupa a centralidade das preocupações do projeto, nem tampouco a preocupação com a democratização étnico-racial deste espaço.

### **1.7.2 Práxis Coletivo de Educação Popular**

O Práxis Coletivo de Educação Popular foi criado em 1999 por “um grupo de estudantes engajados no movimento estudantil dessa cidade [Santa Maria/RS] que sentiam a necessidade de constituir/construir um espaço de militância plural e de resistência dentro da universidade frente aos avanços neoliberais das políticas educacionais” (PRÁXIS, 2007). Desta forma, a crítica ao vestibular enquanto processo de seleção ao ensino superior ocupa a centralidade do discurso do PPP do Práxis. À guisa de confirmação desse propósito, argumenta Oliveira:

Em momento algum o projeto que construímos pretendeu ser um pré-vestibular tradicional, desenvolver a mesma metodologia de ensino e as mesmas práticas que estes, com a particularidade de ser gratuito. Pelo contrário, o Práxis pretende, sendo um curso pré-vestibular popular, constituir-se como um espaço aonde se potencialize o acesso à universidade de setores historicamente expulsos dela através de uma articulação do movimento estudantil e os demais movimentos populares através da práxis da educação popular. Isto é, um pré-vestibular que é crítico ao concurso vestibular (OLIVEIRA, 2007, p. 09).

O Práxis Coletivo de Educação Popular oferece 100 vagas, disponibilizando apostilas elaboradas pelos educadores e financiadas pela UFSM em parceria com a gráfica Pallotti. As aulas oferecidas são distribuídas nas disciplinas que constam na prova do vestibular, sendo ministradas no 4º andar do Prédio de Apoio Didático Comunitário da UFSM (mesmo prédio onde funciona o PVP Alternativa). O curso conta com atividades extracurriculares, como atividades de formação de educadores, trabalhos de campo com educandos, oficinas de geração de trabalho e renda, teatro, além de atividades de formação como o orçamento participativo, onde os educandos, educadores e coordenação pedagógica são chamados a se reunirem para definir a aplicação do orçamento do projeto. O projeto se pauta pela perspectiva não só da democratização do acesso, mas da gestão dos espaços públicos, procurando estabelecer sempre contato com os movimentos sociais da cidade.

Percebe-se que, ao menos no plano discursivo, a crítica tanto a elitização do acesso quanto da gestão da universidade enquanto espaço público se faz presente. No entanto, ainda no plano discursivo, percebe-se também que a preocupação com a falta de acesso dos negros à universidade não ocupa a posição central. Embora haja a preocupação com a potencialização do ingresso de “setores historicamente expulsos da universidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 09), e embora ressalte a importância da “articulação do movimento estudantil com os movimentos populares” para a busca dessa potencialização, o discurso político-pedagógico do Práxis e daqueles que falam em seu nome não fazem referência direta a luta do movimento negro para acessar a universidade. Pode-se dizer que essa preocupação tangencia, mas não ocupa centralidade no PPP deste projeto.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia é entendida aqui como “um conjunto de operações sistematizadas e racionalmente encadeadas” (MAREN, 1995, p. 112), ou seja, como o conjunto de caminhos adotados para a tentativa da resolução do problema levantado por determinada pesquisa. Assim, tendo em vista que se pretende investigar as implicações da implantação do programa de ações afirmativas nos PPP's dos PVP's Alternativa e Práxis, convém o destaque sobre qual serão os caminhos adotados para que se cumpra o objetivo desta investigação.

Os pensares e fazeres pedagógicos de grupos educacionais, sejam eles quais forem, não se conhece por meio de números frios e objetivos. A subjetividade deve ser o fator preponderante quando se está lidando com experiências pedagógicas. Desta forma, a abordagem qualitativa é a que deve prevalecer nesta pesquisa, muito embora os números não estejam dispensados, devendo servir como mecanismos auxiliares para o entendimento da questão do sistema de cotas no acesso ao ensino superior. A abordagem qualitativa, desta forma, deve ser predominante, pois são justamente estes pressupostos teóricos, identificáveis por meio de análise subjetiva, que darão a definição do PPP dos cursinhos em relação à questão das cotas.

Os procedimentos metodológicos adotados são a pesquisa bibliográfica e a entrevista semi-estruturada. A pesquisa bibliográfica, aqui entendida a partir da perspectiva de Lima e Mito (2007), é uma investigação que objetiva a solução de problemas ligados ao objeto de estudo. Assim, para que tal objetivo seja alcançado, a pesquisa consistiu em averiguar a literatura que verse sobre a questão das políticas educacionais, em especial o Programa de Ações Afirmativas e outras políticas de acesso ao ensino superior em sua relação com as diferentes visões de sociedade. Também se buscou aprofundamento na reflexão sobre os pré-vestibulares populares enquanto fenômeno de ocorrência nacional, e sobre o projeto político-pedagógico enquanto reflexo, no chão do espaço de ensino-aprendizagem, das tensões de diferentes projetos de sociedade.

A entrevista semi-estruturada é aqui entendida na perspectiva de Boni e Quaresma (2005), segundo a qual consiste num conjunto de perguntas previamente elaboradas, mas conduzidas em um ambiente próximo ao da conversa informal. Nesta entrevista, cabe ao pesquisador dirigir a conversa para que atenda a problemática proposta. O roteiro de perguntas previamente elaboradas não impediu, nesta modalidade de entrevista, que outras perguntas adicionais fossem elaboradas com o intuito de esclarecer questões duvidosas ou mesmo de retomar o foco de alguma conversa que tenha fugido ao tema central da pesquisa. Os sujeitos das entrevistas são os educadores, educandos e coordenadores dos PVP's.

Realizou-se entrevistas com os três segmentos da comunidade dos dois cursinhos: o segmento de educandos, o segmento de educadores e o segmento de coordenação pedagógica. As entrevistas foram realizadas no ano de 2008, no mês de dezembro, um pouco depois do final das inscrições para o vestibular e antes da realização do concurso. O programa de ações afirmativas havia sido aprovado no ano de 2007, entrando em vigor no ano de 2008. No entanto, no ano de 2008, vestibular em 2009, seria o primeiro vestibular em que o ponto de corte seria diferenciado entre as cinco categorias: Sistema Cidadão Presente A: para candidatos afro-brasileiros (11% das vagas em cada curso de graduação); Sistema Cidadão Presente B: para candidatos com necessidades especiais (5% das vagas em cada curso de graduação); Sistema Cidadão Presente C: para candidatos provenientes de escolas públicas brasileiras (20% das vagas em cada curso de graduação); Sistema Cidadão Presente D: para candidatos indígenas (total de até 8 novas vagas, distribuídas nos cursos de graduação em que houver procura); e, por fim, Sistema Cidadão Presente E: para os demais candidatos que não se enquadrarem nas características anteriores.

As perguntas procuravam coletar duas informações bem claras. A primeira delas é em relação aos objetivos do cursinho. Esta informação foi coletada através de perguntas como: "Quais são os principais objetivos do cursinho?", e "O que te motivou a participar do cursinho?". A segunda delas é em relação às implicações do Programa de Ações Afirmativas nos cursinhos. Estas informações foram coletadas através de perguntas como: "Você tem acompanhado o debate da implantação do Programa de Ações Afirmativas?"; "Você acha que o vestibular mudou com a

implantação das cotas? Qual sua avaliação dessa mudança?"; "As cotas tem feito parte do dia-a-dia do cursinho? De que forma?".

Foram entrevistados dois coordenadores pedagógicos, seis educadores e seis educandos de cada cursinho. Para cada segmento dos PVP's, adotou-se um critério de amostra confiável. Para os coordenadores pedagógicos, procurou-se a entrevista de mais de um para a garantia da complementaridade de informações. Entende-se que a coordenação pedagógica assume o papel gestor dos PVP's de maneira mais efetiva, uma vez que eles possuem informações sobre a história dos cursinhos, sobre a relação deste com a Reitoria e com a sociedade, além de uma visão mais geral sobre as atividades cotidianas do PVP (horários das turmas, desistência de educandos e educadores), bem como a tomada de decisões frente essas informações. Ou seja, cabe mais diretamente a coordenação pedagógica a gestão dos PVP's.

Para os educadores, procurou-se entrevistar três das áreas humanas (história, literatura, português, geografia, inglês, etc.) e três das áreas naturais e exatas (biologia, química, matemática, física, etc.) de forma a obter um quadro a partir da diversidade de perfis de formação deste grupo. Para os educandos, procurou-se entrevistar três mulheres e três homens de cada cursinho, com vistas à garantia de uma visão que abrangesse uma maior diversidade de opiniões segundo o gênero.

Para a garantia do sigilo da identidade dos entrevistados, a denominação adotada de cada sujeito entrevistado consistiu na denominação do segmento do qual fazia parte, uma numeração que diferenciou entre os membros do mesmo segmento, e o ano da entrevista. Na parte de resultados e discussão, onde aparecem trechos das entrevistas, não figuram falas de todos os entrevistados, pois foram excluídas falas que repetem o sentido das que figuram no texto. Isto determinou diferenças no número total de sujeitos e por segmento de cada cursinho.

Do Alternativa, figuram trechos de entrevistas de dois coordenadores pedagógicos, quatro educadores e um educando, perfazendo sete sujeitos. Do Práxis, figuram falas de dois coordenadores pedagógicos, três educadores e quatro educandos, perfazendo nove sujeitos. Assim, os sujeitos entrevistados que aparecem no corpo do texto estão assim denominados:

a) **Sujeitos do Pré-Vestibular Popular Alternativa:** Coordenador Pedagógico Alternativa 1 (2008); Coordenador Pedagógico Alternativa 2 (2008); Educador Alternativa 1 (2008); Educador Alternativa 2 (2008); Educadora Alternativa 3 (2008); Educadora Alternativa 4 (2008); e Educando Alternativa 1 (2008).

b) **Sujeitos do Práxis Coletivo de Educação Popular:** Coordenador Pedagógico Práxis 1(2008); Coordenador Pedagógico Práxis 2 (2008); Educadora Práxis 1 (2008); Educador Práxis 2 (2008); Educador Práxis 3 (2008); Educando Práxis 1 (2008); Educanda Práxis 2 (2008); Educando Práxis 3 (2008); e Educanda Práxis 4 (2008);

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Práxis e Alternativa: projetos e políticas se entrecruzando

As entrevistas a seguir compõem um panorama que permite entrecruzar projetos e políticas. Como já foi dito anteriormente, o momento das entrevistas é anterior ao segundo vestibular com cotas. Marca o início da implantação do Programa na Universidade Federal de Santa Maria.

##### 3.1.1 Alternativa: o objetivo principal é aprovar no vestibular

Neste subitem, o propósito é o de levantar alguns dos principais objetivos do PVP Alternativa, elementos norteadores da prática pedagógica do cursinho. Estes elementos foram colhidos das falas de coordenadores, educadores e educandos do PVP, ao responderem as perguntas “Quais são os principais objetivos do cursinho?” e “por que você se motivou a participar do cursinho?”, na entrevista semi-estruturada realizada para a presente pesquisa. Convém ressaltar que a escolha desse método se justifica pela tentativa de apreensão do projeto vivo, se desenvolvendo na prática. Assim, a partir desse conjunto de falas, foi possível extrair o objetivo principal e dois específicos dos cursinhos PVPs, que serão apresentados a seguir.

Dentre as muitas falas dos entrevistados do PVP Alternativa, alguns consensos são claros. O mais indubitável deles é acerca do principal objetivo do cursinho: *propiciar que pessoas carentes da comunidade possam ter uma preparação para fazer o vestibular com qualidade, com acesso gratuito* (Coordenador Pedagógico Alternativa 1, 2008). O objetivo é expresso de muitas formas, mas sempre colocado como objetivo principal:

*Quando elaboraram o Alternativa, quando se propuseram a colocar em prática a ideia do cursinho aqui, eles partiram do seguinte: “bom nós vamos absorver aqui um*

*contingente de pessoas da sociedade que tá afim de garantir a aprovação no vestibular". Então, nós vamos focar nesse aspecto aí. O cursinho Alternativa tá focado no nosso desejo de aprovação no vestibular, então não se perde tempo com outro viés que não seja preparar para aprovação. Esse é o principal objetivo, que tem agradado a maioria dos meus colegas de curso, o cuidado com as apostilas que nos possibilitam a compreensão dos conteúdos que vão ser exigidos na prova (Educando Alternativa 1, 2008).*

Embora seja claro o consenso, pode se dizer que não é ponto pacífico, que existem divergências no interior do projeto a respeito de esse ser o objetivo principal. Na fala de um dos professores do Alternativa, percebe-se que, antes de revelar o objetivo, o educador já se defende de uma possível contestação e afirma o objetivo com a expressão "querendo ou não", que indica possível contrariedade a este objetivo:

*Eu posso até ser contestado por muita gente que está lá, por ti talvez, mas querendo ou não o principal objetivo é entrar na universidade. Por mais que seu cursinho tenha em seu projeto diversos outros objetivos, quando as pessoas procuram aquele cursinho, se dispõem a ir lá, se dispõem a assistir aulas, é porque querem passar no vestibular, porque não têm condições financeiras de pagar um cursinho particular. O principal objetivo dos alunos que estão lá seria esse (Educador Alternativa 1, 2008).*

É visível pela argumentação acima e pelas declarações anteriores que o objetivo principal é o objetivo realmente assumido pelo cursinho. Existe legitimidade nesse objetivo. Ele figura no PPP do cursinho como objetivo principal, e é esse objetivo que unifica coordenação pedagógica, educadores e educandos do PVP Alternativa.

No entanto, percebe-se que este consenso, mesmo tendo sido construído e legitimado, não é um ponto pacífico. Na sequência vai se retornar a esta dicotomia. Agora, porém, cabe apresentar um outro objetivo que foi apontado por várias falas, que não parece contraditório ao primeiro. Um dos coordenadores pedagógicos do Alternativa assim o define:

*E o outro objetivo é trabalhar questões de cidadania. Ser um diferencial dos cursinhos tradicionais. Normalmente um dia na semana ou dois são realizadas atividades complementares que permitem que se discutam uma série de outros assuntos que não apenas os assuntos diretamente ligados à preparação do vestibular; seriam assuntos transversais que envolvem cidadania. Pode falar de política, pode falar de cinema, pode falar de futebol, de religião, tudo bem. Mas seriam questões complementares que os alunos da comunidade participam ou não, é um direito deles, né? (Coordenador Pedagógico Alternativa 1, 2009)*

O objetivo definido como inserção de “questões de cidadania” é um objetivo que perpassa o PPP de diversos PVP’s. Muitos, inclusive o Alternativa até chegaram a incluir a disciplina de “cidadania” ao seu currículo. Percebe-se a posição secundária que estas atividades ocupam: são “atividades complementares”, que os educandos participam se quiserem.

O conceito de “cidadania” sem dúvida é objeto de profundos estudos acadêmicos. No entanto, as entrevistas permitem uma definição do que o Alternativa define como “cidadania”. Assim explica outro dos educadores do Alternativa, a respeito das atividades relacionadas dentro do rol das “questões de cidadania”:

*O projeto tem aliado discussões sobre diversos assuntos, inclusive agora nós temos o “Ciclo de Cinema”, um projeto paralelo pra funcionar durante a semana, com dez ou doze filmes, que nos permite que se possam discutir diferentes assuntos. Temos os projetos paralelos que funcionam nos cursinho aos sábados. Temos o projeto “Entrando nos eixos” que existe; assim, a COPERVES sinaliza eixos nos quais a prova vai estar inserida (saúde, meio ambiente, cidadania, cultura, educação, são uns dez eixos se não me engano, os quais a prova vai estar tendo esses eixos), e no Projeto “Entrando nos eixos”, cada equipe [de professores] faz uma apresentação num sábado, apresenta cada um dos eixos para os alunos, discute o assunto para ele se inteirar mais o que pode cair na prova. E também tem o projeto “Malhando com a História”, que é o projeto de resolução de exercícios, uma atividade bem descontraída (Educador Alternativa 2, 2008).*

Este objetivo secundário não contrasta com o principal. Por mais que sejam atividades complementares, elas ainda estão ligadas a centralidade, que é a

preparação para o vestibular, uma vez que uma das principais atividades – “Entrando nos eixos” – são oficinas que partem de temas definidos pela COPERVES (Comissão Permanente do Vestibular), que podem fazer parte da prova, e outra – “Malhando com a História” – se trata da resolução bem-humorada de exercícios de vestibular. Somente o “Ciclo de Cinema”, ao menos em princípio, não tem ligação direta com o concurso.

Além desse objetivo, existe ainda um terceiro que aparece na fala dos educadores, que se refere à busca pela formação profissional. O contato com a sala de aula, a possibilidade de ambientar-se com um espaço educativo, são questões levantadas por diversos entrevistados, principalmente quando perguntados sobre os motivos pelos quais se atraíram pelo projeto. Em uma das falas, a entrevistada cita este tópico ao ser perguntada sobre os objetivos do cursinho, que seria, segundo ela: *também proporcionar ao pessoal da licenciatura a possibilidade de ter um conhecimento mais amplo de como é a licenciatura* (Educadora Alternativa 4, 2008).

Em suma, há uma predominância: o objetivo principal é o vestibular. Como resume um dos coordenadores pedagógicos:

*Se tu analisar, ele [o Alternativa] mantém a estrutura dos demais cursinhos, porque uma das considerações que nós tivemos no início, é que nós, como instituição, abarcamos todos os interesses da sociedade civil, mas não podemos fazer proselitismo de qualquer natureza, nem religioso, nem político, nem ideológico. Isso se faça individualmente no seu espaço. No caso de ser um projeto institucional, ele tem que seguir o que está estabelecido. Então, nesse sentido, o cursinho tem uma certa particularidade de ser tradicional como os demais. A inovação dele é que ele tem puxado muito essas questões de cidadania né? Tem discutido muito isso aí. São as duas grandes metas do cursinho* (Coordenador Pedagógico 1 Alternativa, 2008).

Um projeto institucional deve seguir o que está estabelecido, que no caso é o vestibular. O Alternativa tem uma postura bem clara, de institucionalidade. Mas mesmo no seu interior, pairam críticas ao que está estabelecido, pelo que se pôde apreender na fala de alguns entrevistados. Elemento que serve ao debate: um PPP para os cursinhos para além da preparação ao vestibular é possível?

### 3.1.2 O vestibular como limite político-pedagógico e a função do Alternativa

Um projeto institucional como o Alternativa acaba limitando-se demasiadamente ao vestibular. Isto acaba gerando frustração em muitos educadores, que desejariam experimentar novas práticas pedagógicas, mas acabam tolhidos pela pressão do concurso. A pergunta e o anseio são latentes: é possível um projeto que vá para além do vestibular? Isto foi levantado por algumas das falas, nas quais se chega a “inverter prioridades” do cursinho, como se observa a seguir:

*O principal objetivo do cursinho; eu acho que ele abrange mais do que o ingresso no ensino superior, mas sim também oferecer uma formação um pouco mais ampla, um olhar mais crítico sobre a sociedade, sobre o que tá acontecendo ao nosso redor. E também contribuir para que esses alunos tenham condições de ingressar no ensino superior. (Educador Alternativa 2, 2008)*

Este objetivo não é maioria no cursinho, não é portanto o “PPP oficial” deste espaço educativo, mas revela uma outra forma de ver as coisas. Redefine o objetivo principal que é, considerado majoritariamente, preparar pessoas carentes para o vestibular. Aqui, o objetivo deve ser “mais” do que preparar para o ingresso ao ensino superior. No “mais” proposto pelo educador, encontra-se “uma formação mais ampla”, “um olhar mais crítico sobre a sociedade”. Na fala de outro educador, a avaliação é a de que houve o “desvirtuamento” de um determinado “projeto inicial”, de “inserção social, como se vê abaixo:

*Na verdade, se a gente tomar como base o projeto inicial, a preocupação do cursinho é a inserção social, né? Acho que até a elevação da auto-estima dessa população que está afastada do ensino superior. Afastada no sentido de “tolhida”, parece que não tem direito de fazer parte. Só que esse objetivo na verdade vai se esmaecendo com o tempo. Como eu tô aqui há quatro anos, eu tenho condições de fazer essa comparação entre esses quatro anos. E de dois anos pra cá, pelo menos esse foco social... Veio se perdendo, não digo perdendo né, [mas] deixou de nortear as nossas ações efetivamente... Eu acho que falta o comprometimento, na verdade eu acho que a gente meio que se desculpa, né, com “ah, são estudantes; ah, o perfil do nosso público é esse”, mas eu acho que não é certo isso. Acho*

*que tem se investido pouco em trabalhar essa questão. Tanto com o grupo de professores que é imenso! Se tu for ver ali, o caderno tem, sei lá, quase cem professores, e quem participa efetivamente do cotidiano do cursinho e se preocupa com essa questão, e associar a reflexão do contexto social, a finalidade inicial do projeto com o que a gente faz no seu dia-a-dia, são muito poucos que se preocupam em fazer essa ligação, cada vez menos, na minha opinião (Educador Alternativa 3, 2008).*

Ainda a respeito desse dilema político-pedagógico, um dos coordenadores pedagógicos distingue dois tipos de visões que estão na origem do projeto, e de certa forma disputam-no:

*Na época, foi uma intenção dos alunos, alguma coisa meio que altruísta, uma questão meio que voluntária dos alunos, uns eu diria que meio que românticos: “vamos preparar esse pessoal pra entrar na universidade, mudar a universidade”. Outros não. “Vamos preparar o pessoal para entrar na universidade e ter as mesmas condições de competir com aquele que fez o vestibular, que o pai tem um bom salário e que ele entrando na universidade ele vai ter seu futuro assegurado”. Então esse lado meio que romântico assim, num primeiro momento ele existiu (Coordenador Pedagógico Alternativa 1, 2008).*

A fala situa duas posturas. Dois projetos. Um que considera “meio que romântico”, outro que considera “realista”. É uma fala que admite uma contradição, a existência de posturas divergentes, e admite que, para além desse projeto oficial, outro projeto, ao menos, foi desenhado.

Se outro desenho de projeto existiu ou existe, porque não foi/é possível? Pergunta complexa, mas que um dos educadores deu sua contribuição para esta problemática da dicotomia em tentar passar matéria para o vestibular e ao mesmo tempo “construir uma consciência crítica”:

*É difícil porque tu trabalha com muitas pessoas, são muitos professores e nem todos tem uma mesma opinião. É, opiniões diferentes devem existir, mas têm pessoas que não são tão abertas ao diálogo. Então isso dificulta. A questão do tempo também é uma dificuldade para poder fazer algo diferenciado. E, principalmente, essa dicotomia que tu falou, essa dificuldade aparece porque o próprio sistema de avaliação do vestibular, a*

*própria prova do vestibular, ela é uma prova que favorece a “decoreba”, quem tem capacidade de memorização. Então, enquanto não mudar a prova, vai ser difícil que se consiga que essas duas coisas se aproximem mais. O ensino de conteúdos só pelos conteúdos, que é o que o vestibular pede, com a aproximação da vida, do cotidiano, da vivência das pessoas nessa prova. Na medida em que a prova seja mais voltada para a vivência delas, elas vão poder, os PV’s vão poder trabalhar de uma forma mais diferenciada. Eu acredito que uma dificuldade de uma implementação, não só da implementação dessa, de aproximar um trabalho mais crítico dos conteúdos, tá relacionado principalmente com a prova, porque um dos objetivos é a aprovação no vestibular. E aí tu tem que se adequar, buscar se adequar ao que vai cair no vestibular, só que também não pode deixar de lado, tu pode fazer um trabalho diferenciado mesmo que isolado, na tua disciplina, tu consegue fazer alguma coisa, tentar lançar alguns desafios pra eles: “ó, isso não é bem assim, vamos ver por outro lado”... Então tu tem essa possibilidade de fazer, só que tu ainda fica limitado pela prova (Educador Alternativa 2, 2008).*

Desta forma, como fora dito anteriormente, se o Alternativa pretendeu em algum momento de sua trajetória produzir práticas críticas ao vestibular, não há dúvidas de que se deixa dominar pela prova. Seu objetivo principal de preparar para o vestibular utiliza-se de determinado segmento da sociedade civil – os acadêmicos das licenciaturas e outros cursos – para voluntariamente prepararem a comunidade carente para disputar sua vaga no ingresso ao ensino superior.

Este objetivo confere uma função ao PVP, a de arcar com parte da responsabilidade estatal com educação básica de qualidade para todos. O PVP como política pública, na perspectiva apontada por Nascimento (2007), é bem clara nesse caso, e pode ser confirmada na fala de um dos coordenadores pedagógicos, ao ser perguntado sobre a pertinência do Alternativa acabar atuando como “tapa-buracos” de uma função que é atribuída ao Estado:

*Se tu for me perguntar se eu era favorável ao pré-vestibular, hoje eu te respondo que sim, pela experiência dos dois PVP’s que nós temos [...]. A pergunta que eu faço, passados nove anos dessa experiência, é: em acabando os PVP’s, qual seria repercussão? O que tá acontecendo, assim, é que as escolas hoje estão chamando para que a gente tenha um braço, uma perna do pré-vestibular lá na escola. Escolas públicas estão nos chamando para isso na periferia da cidade. Então o que eu tô chegando à conclusão é que as pessoas*

*estão se dando conta que há uma possibilidade a mais para essas pessoas que trabalham durante o dia ou que não trabalham e que não podem pagar (eu nem sei quanto tá custando hoje um PV por aí, mas não deve ser muito em conta, muito barato). É aquela história de tu trabalhar de dia, ganhar o salário de dia e deixar ele à noite numa universidade privada. Talvez o PV hoje seja mais ou menos isso, tu trabalha de dia e paga ele à noite pra ti tentar entrar numa universidade, especialmente a pública. Então, nesse sentido, eu diria que hoje o PV, ele tá se tornando um ente necessário, no nosso caso pelo menos. Já temos experiência em São Pedro, lá no Augusto Ruschi na Santa Marta, tem os pedidos dos servidores da universidade que querem se preparar para o vestibular, as escolas que nós andamos – Manoel Ribas, Olavo Bilac, Maria Rocha – todas querem que o PV volte atuar lá. É uma oportunidade daqueles alunos de escola pública terem acesso ao PV. (Coordenador Pedagógico Alternativa 1, 2008).*

A função do Alternativa, explicitada por sua coordenação, é a de garantir preparação ao vestibular a pessoas que não têm dinheiro para pagar por cursinhos privados. Uma função que permite questionamentos: quais os prós e contras de utilizar acadêmicos que trabalham voluntariamente para complementar a qualidade de educação que deveria ser disponibilizada pelo Estado, por meio de profissionais dignamente remunerados? É claro que pode se utilizar o argumento da formação inicial, do contato desejável com a escola, com a comunidade, mas estes argumentos não foram utilizados pelo entrevistado. O argumento foi a necessidade premente de uma comunidade carente de educação de qualidade. Esta questão será melhor discutida na conclusão deste trabalho.

### **3.1.3 Práxis: projeta-se como movimento social**

Da mesma forma como no caso anterior, há um consenso claro sobre o objetivo principal do Práxis Coletivo de Educação Popular. A proposta, expressa em muitas falas, mas de formas diferentes, é a de ir *muito além de aulas voltadas a preparação para os vestibulares de Santa Maria*, procurando constituir-se *enquanto um movimento social atuante, dialogando com outras organizações progressistas da cidade* (Coordenador Pedagógico Práxis 1, 2008). Seu projeto coloca-se *contra essa*

*forma de ingresso que está aí* (idem), sendo um espaço que aposta em atividades de formação política de sua comunidade, como resume um dos alunos do PVP:

*Olha o objetivo: quando eu entrei seria só estudar pro vestibular, mas a gente vê que não é só isso que a gente faz aqui. A gente tem economia solidária, oficina de teatro. Não é só estudar para o vestibular, aquela coisa mecânica. Eu acho que acrescenta até na aula, a gente conversa sobre várias coisas, não é só o vestibular* (Educando Práxis 1, 2008).

O projeto do Práxis é consensual, explicado e conhecido por boa parte dos que integram o projeto, como pode ser constatado pela fala de uma das professoras, há apenas quatro meses participante do projeto:

*O principal objetivo do Práxis, ele não tá (claro, tem o objetivo de permitir que as pessoas passem no vestibular), mas o principal objetivo tá numa educação geral. Numa educação política. Não é enfiar política goela abaixo, mas de permitir que as pessoas tenham elementos críticos, consciência crítica. Além do vestibular, o objetivo aqui, assim ó, é a união, é muita... não é cidadania, não sei como dizer (risos). Mas o povo é muito unido, um defende a causa do outro* (Educadora Práxis 1).

É possível notar que existe uma coerência nas falas de representantes dos três segmentos do cursinho a respeito da principal orientação do Práxis. Isto permite afirmar que existe um projeto consolidado em curso. Um projeto que encontra sustentação no coletivo que constitui o PVP. Da mesma forma como no PVP Alternativa; contudo, esta opção será questionada também no interior do Práxis, não sendo consensual.

Faz-se necessário, contudo, explicitar o que seria esse conjunto de ações que se propõe a ir além da mera preparação para o vestibular. Existe um conjunto de atividades que dá consistência a esta proposta de superação do vestibular, conforme é explicado:

*A sua proposta pedagógica aponta sobre diversas frentes de atuação, cita-se economia solidária, teatro, formação política, entre outras formas de organização. O perfil*

*dos indivíduos que procuram o projeto querem entrar na UFSM, porém alguns empecilhos acabam por barrar tal sonho, dentre os principais problemas está a falta de verba para poder se deslocar até lá. A economia solidária que o curso estimula acaba por vezes suprimindo essa demanda, fazendo com que ao mesmo tempo as pessoas se organizem em torno de uma luta solidária e real (Coordenador Pedagógico Práxis 1, 2008).*

A perspectiva da geração de trabalho e renda parece ser uma intervenção direta na materialidade dos limites financeiros enfrentados pelos educandos. Não cabe aqui fazer um estudo mais aprofundado sobre o conceito de economia solidária utilizado pelo Práxis, mas pelos relatos das entrevistas percebe-se que se realizaram oficinas com os educandos para a confecção de produtos, como alfajores de chocolate, para ajudar a custear as passagens dos educandos e o pagamento das taxas de inscrições para o concurso. Sobre essa iniciativa organizada coletivamente para dar conta de barreiras reais aos educandos no objetivo de ingresso ao ensino superior, comenta uma aluna:

*Até minha inscrição eu consegui pagar dentro do Práxis, então quer dizer que foi uma ajuda, porque eu simplesmente sou aluna carente, mãe de filho, sozinha sem marido, vivo de pensão dos filhos, tenho pouca família, então quer dizer que é difícil, vou fazer uma faculdade que eu vou precisar trabalhar ainda, tem que vender pastel dentro da universidade pra poder pagar, eu tenho que comer, eu tenho que passar o dia inteiro lá. Eu não posso tirar da pensão dos meus filhos, a pensão deles é pra eles comer. Eu tenho que pagar minhas passagens, tenho que comer, me alimentar, meus polígrafos, xerox, então eu já tenho toda a minha trajetória planejada, os meus pastéis e sanduíches pra vender pra pagar a faculdade, e vamos estudar porque não tem outra alternativa. Se tu soubesse o que eu fiz para terminar o ensino médio: eu ia de bicicleta de onde eu moro, que é o Pôr do Sol, até a Tancredo Neves todos os dias. No verão muito que bem. No inverno até de guarda-chuva pra poupar aquela passagem (Educanda Práxis 2, 2008).*

Estas atividades dão consistência a um projeto alternativo ou que pretende ir além da preparação acrítica ao vestibular. São atividades que complementam e dão consistência aos objetivos político-pedagógicos aos quais se propõe o Práxis. Através dos relatos pode-se perceber que o objetivo dessas atividades é o de organizar os educandos para enfrentar coletivamente as barreiras do acesso ao

ensino superior, que são muitas: custo de passagens, inscrição para o vestibular, espaço físico do cursinho, etc. Para além de se colocar como um cursinho de preparação ao vestibular com o diferencial de ser gratuito, o Práxis se propõe a problematizar as causas das barreiras impostas ao estudante de baixa renda.

Além desse objetivo, também aparece nas falas dos entrevistados a busca pela formação profissional. Na fala de um dos alunos percebem-se linhas desenhadas para esta formação inicial:

*Nós estamos proporcionando que vários educadores cresçam nessa relação com os problemas sociais, adquiram experiência, e nessa formação de experiência possam ser futuramente professores sensibilizados com os problemas sociais e pessoas mais abertas do ponto de vista político e ideológico. Eu fico encantado quando eu vejo esses jovens começando uma graduação e se desafiando numa turma com 20, 30 alunos, compartilhando sua experiência e seu conhecimento. Sem dúvida, esses jovens serão positivas referências como pessoas, como profissionais, não só aqui fora, mas lá dentro da universidade, dentro dos seus cursos e o grande desafio está em como o DCE, como os vários grupos, as várias forças vivas dos estudantes conseguem captar essas personalidades justamente em função de um bem social. (Educando Práxis 2, 2008).*

Assim, o vestibular não parece ser o ponto de chegada, mas o ponto de partida sobre a construção de intervenções coletivas para a problemática do acesso à universidade e a necessidade de sua democratização. O Práxis projeta-se, assim, como um movimento social, na medida em que não se propõe a “tapar buraco” do Estado, mas criticar seus limites e propor políticas públicas:

*Historicamente a pauta exclusiva do vestibular vem sendo fortificada no cursinho, pois, acima de tudo, o Práxis almeja que seus educandos ingressem na universidade pública e de qualidade. Somos contra essa forma de ingresso que está aí. Portanto, em nossas formações, conversamos sobre tal temática, sempre apontando para um fim gradual e necessário. As formações políticas voltadas aos educadores se dão em torno de vários eixos, sempre pautando a educação em seus vários âmbitos, fazendo com que se repense o real sentido de educar e aprender (Coordenador Pedagógico Práxis, 2008).*

Um movimento social tem uma função questionadora, propositiva da realidade. Um PVP que se propõe movimento social vive a contradição de preparar para o vestibular e criticá-lo. Essa contradição foi registrada pelas falas dos entrevistados, permitindo visualizar que o projeto do Práxis também sofre críticas no seu interior.

#### **3.1.4 Os desafios de um projeto para além do vestibular e a função do Práxis**

A questão imposta ao Práxis, como desafio a ser enfrentado por um pré-vestibular que se propõe a questionar a própria lógica deste concurso é bastante clara: até que ponto pode-se ao mesmo tempo criticar e preparar para o vestibular? Este não é um ponto pacífico do PPP do Práxis, e foi levantado por alguns entrevistados. Em uma das entrevistas, ao ser perguntado sobre o principal objetivo do Práxis, um dos educadores propõe:

*Primeira coisa dar um auxílio para quem não tem condições financeiras pra ter a oportunidade de competir com quem pode mais. Segundo, acho que tentar... Porque vestibular não é só conhecimentos específicos hoje, é uma questão de conhecimentos gerais. Então vamos promover uma união entre todos os elementos e formar uma base, que seriam mais conhecimentos gerais além dos conhecimentos específicos que seriam física, química, etc. (Educador Práxis 2, 2008).*

Esta prioridade contrasta com o “objetivo oficial” do cursinho, que é ser muito mais do que preparação para o vestibular. Ora, ser muito mais do que preparação é diferente do que ser preparação em primeiro lugar. Nas falas, percebe-se que esta posição levantada pelo educador não é majoritária; mas aponta que não é um objetivo consensual do cursinho, havendo um debate sobre a possibilidade de se construir um vestibular para além da própria preparação do vestibular.

A respeito dessa questão, em sua fala, um dos professores duvida da possibilidade de um projeto que se proponha a preparar para o vestibular acabar “fugindo” desse objetivo. Assim, para ele:

*Eu acho que o Práxis é um centro que integra não só pré-vestibular; mas, no momento que a gente deixa de pôr o pré-vestibular, eu acho que a gente precisa trabalhar nisso de uma maneira bastante pesada, que eu acho que a gente precisa deixar essas questões que não sejam do vestibular para momentos que não sejam das aulas. E eu senti que teve nesse semestre algumas falhas no sentido de conteúdo, que eu tenho ouvido reclamações dos educandos, da falta de material, da falta de matéria. É claro que é importante se preocupar com a luta pelo prédio, pelas passagens e etc., mas nosso foco deve ser o vestibular, uma vez que a proposta é [ser] um pré-vestibular (Educador Práxis 3, 2008).*

No fundo o que está em debate é: qual é a proposta político-pedagógica de um Pré-Vestibular Popular? Tanto a Alternativa quanto o Práxis fizeram opções, projetaram caminhos frente ao problema concreto do acesso ao ensino superior. Na parte final deste texto, caberão reflexões a respeito destes caminhos e suas possibilidades futuras. Antes destas reflexões, no entanto, é imprescindível analisar o olhar desses PVP's frente às políticas afirmativas, que são mudanças concretas no acesso à universidade.

### **3.1.5 Os PVP's frente às ações afirmativas: dúvidas e incertezas**

Neste subitem, as entrevistas de educadores, educandos e coordenação pedagógica de ambos os projetos – Alternativa e Práxis – se prestam a montar um quadro, ainda que provisório, sobre o posicionamento desses cursinhos frente a implantação do Programa de Ações Afirmativas. Aqui, a distinção entre os cursinhos não será necessária num primeiro momento, uma vez que, em ambos os casos, a coordenação pedagógica declarou não ter feito um debate nem uma ação a respeito da implementação das cotas, partindo todo o interesse pelo tema dos educandos, que procuram tirar dúvidas principalmente na hora de se inscrever no vestibular. Num segundo momento, cabe destaque a particularidade da realização do Programa de Inovação de Curso (PIC), que faz parte do Programa “Diversidade na Universidade”, do Governo Federal, e a participação do PVP Alternativa nesse

Programa, além da ligação que essa política tem com o Programa de Ações Afirmativas.

As entrevistas permitiram entrever que não existiu, pelo menos até o momento das entrevistas, nenhuma ação intencional significativa por parte de nenhum dos PVP's motivada pela implantação do Programa de Ações afirmativas que não partisse dos próprios educandos. De maneiras diferentes, confirmam essa realidade os coordenadores pedagógicos, tanto do Práxis quanto do Alternativa:

*O debate das cotas está sendo tocado principalmente pelos alunos. Eles têm muitas dúvidas, vem até à coordenação, perguntam, procuram um pouco se informar de como é a inscrição de cotas para negros, para estudantes de escolas públicas, então isso está fazendo parte do cotidiano dos alunos mesmo, mais do que os educadores. Nos alunos isso já tá cotidiano (Coordenador Pedagógico Práxis 2, 2008).*

E para o segundo:

*Assim, se os alunos perguntam, nós procuramos responder, tirar dúvidas, mas devemos assumir que o debate não foi feito ainda. A principal interferência é em termos da dúvida que surge dos próprios alunos, que questionam se devem se inscrever ou não pelas cotas. Eles querem saber como vai ser facilitado o seu acesso ao ensino superior (Coordenador Pedagógico Alternativa 2, 2008).*

O período da inscrição ao concurso vestibular é onde surgem as maiores dúvidas dos educandos em relação às cotas. Tornariam elas o vestibular efetivamente mais acessível? Inscrever-se pelas cotas valeria a pena? Para a maioria, dos entrevistados, que há menos de um mês haviam feito suas inscrições para o vestibular de 2008 que ocorreria em janeiro de 2009, estas questões não estavam claras. O fala de um dos educandos explicita essas dúvidas:

*Eu não sei como é que vai funcionar a dinâmica do ponto de corte<sup>8</sup>. Mas eu achei num primeiro momento, assim, antes do vestibular, eu fiquei preocupado. Porque nessa vez muita gente migrou pras [cotas destinadas a alunos oriundos de] escolas públicas, pras cotas, e aí ficou uma concorrência muito grande pras vagas dentro das cotas. Então, são quatro vagas se não me engano, no jornalismo, pras escolas públicas, e a densidade é 34 por vaga, ou seja, ficou uma concorrência maior do que o ano passado, que eu participei igual pelas cotas, mas a densidade é 10,7. Então, praticamente mais que triplicou o número de concorrentes por vaga. E aí eu acho que de repente tá faltando informação. Tem pouca informação a respeito das cotas. Eu acho que nós vamos ter uma compreensão maior a partir do vestibular (Educando Alternativa 1, 2008).*

Já um dos educandos do Práxis, o ser perguntado se achava que o vestibular ficaria mais fácil com as cotas, respondeu negativamente: *Eu acho que não, porque até agora eu tava analisando ali na lista, que pelas cotas ficou mais difícil (Educando Práxis 1, 2008)*. Sua preocupação, que reflete um anseio da maioria dos estudantes, é a respeito da relação candidato/vaga, que aumentou em relação ao grupo de candidatos não-cotistas, o chamado “cidadão presente E”. Conforme o mesmo estudante explica: *No meu curso [pretendido], por exemplo, que é jornalismo, pelas cotas de escola pública dá 34 alunos por vaga; e sem as cotas, no caso, no cidadão E, é bem mais fácil, são onze alunos por vaga.*

Uma das estudantes revelou uma dificuldade bem específica que a fez ter uma avaliação menos favorável em relação às cotas. Ela relata que, para se inscrever como estudante oriunda de escola pública, precisaria viajar a Porto Alegre para buscar o seu histórico escolar do Ensino Fundamental, o que seria um grande empecilho, devido ao gasto da viagem. Desta forma, segundo sua avaliação:

*Olha a questão do vestibular: eu acho que vai ficar a mesma coisa. [...] pra mim ficou difícil porque eu tenho que juntar toda essa documentação até o dia 12 de fevereiro, daí ficou muito complicado por isso aí. Eu tenho o diploma da sétima e da oitava, que eu fiz em Santa Maria, e o [do] ensino médio, e aí pra trás ficou todo o meu histórico, que eu vou ter*

---

<sup>8</sup> *Ponto de corte* é a pontuação mínima que o candidato a determinado curso deve atingir para ter a sua redação corrigida no vestibular. Com as cotas, a partir do vestibular de 2008, realizado no ano de 2009, cada grupo cotista passou a ter um ponto de corte diferenciado, que foi calculado com base na média de desempenho daquele grupo.

*que fazer peregrinação pra juntar tudo, pra poder entrar pelas cotas, sendo que eu acho que a nota vai ser mais ou menos a mesma coisa. Eu não sei, eu não tenho noção de como é que vai ser, de como é que eles vão avaliar pelas cotas.* (Educanda Práxis 2, 2008).

A desinformação não se restringe aos educandos. Vários educadores também admitiram não estar suficientemente informados do assunto. *Não sei por completo como vai funcionar o vestibular*, admite o Educador Alternativa 2 (2008). Já o Educador Práxis 2 (2008) resume o quadro geral nos PVP's a respeito da implantação das ações afirmativas: *Eu tenho percebido que as pessoas ainda não sabem do que se trata e como devem ou não se enquadrar, ou se isso vai beneficiar ou não.*

Vale lembrar que o ano de 2008, ano dessas entrevistas, foi o ano em que ocorreu o primeiro vestibular com cotas na UFSM. Como este primeiro vestibular ocorreu com ponto de corte universal, ou seja, todos os candidatos deveriam obter a mesma pontuação mínima para passarem à correção da redação, o Ministério Público Federal recomendou que a instituição refizesse o edital do vestibular para o concurso do ano seguinte, visando garantir maior efetividade ao Programa, com pontos de corte específicos para cada cota.

Ou seja, o período das entrevistas é posterior ao primeiro vestibular com cotas e com ponto de corte universal, e posterior as inscrições do primeiro vestibular com ponto de corte diferenciado. A fala de um dos coordenadores pedagógicos permite que se tenha uma visão bem precisa do momento que contextualiza as entrevistas:

*Em 2007, a política [de ações afirmativas na UFSM] surge de maneira equivocada, equiparando os candidatos no ponto de corte. Isso não foi interessante, discuti várias vezes isso em sala de aula, e fui bem claro nas minhas opiniões: "olha, não vai adiantar". Pode perguntar para os meus alunos de 2007: a minha turma do ano passado, que tem cinco acadêmicos aqui na Universidade, eu sempre deixei bem claro. Esse ano [2008] eu acredito que, agora sim, agora as políticas de cotas efetivamente se implementaram. O ponto de corte é diferenciado, que vão fazer com que as pessoas entrem realmente. Agora vamos ver se tudo vai ocorrer como a gente está esperando. Os debates também surgiram dentro do cursinho, o pessoal com bastante dúvidas em função da própria divulgação que a*

*COPERVES faz, do próprio assessoramento que a universidade presta. Então a minha preocupação com a política de ação afirmativa é se ela está sendo realmente implementada (Coordenador Pedagógico Alternativa 2, 2008).*

Mesmo nesse ambiente de dúvidas, a incerteza não foi uma unanimidade entre os entrevistados. Vale destacar a entrevista de uma educanda do Práxis, candidata ao curso que tem o estigma de ser o mais concorrido do vestibular, o curso de Medicina, na qual ela se demonstra segura na decisão de inscrever-se pelas cotas de estudantes oriundos de escola pública:

*A maioria dos meus colegas que eu conversei sobre as cotas me disseram que não gostaram. Por causa que o ponto de corte da escola pública ficou alto. Ficou mais concorrido do que o normal. Pra mim não. Pra mim é uma vantagem. Mas eu não entendo como tem gente que não vai pelas cotas. Só se for mal informado. Porque a chance é dupla, é mais fácil tu vai competir com o mesmo nível (Educanda Práxis 3, 2008).*

O conjunto de dúvidas e questões levantadas pelas falas até o momento revela a implicação mais imediata e mais evidente das cotas nos PVP's estudados, que é a dúvida por parte dos educandos, no momento de se inscreverem no concurso, a respeito da efetiva vantagem de se inscrever pelas cotas. Questões operacionais, de ordem técnica e prática, preocupam os candidatos: a relação candidato/vaga será maior? Haverá mais chance? O ponto de corte será mais ou menos elevado? Questões que poderiam ser facilmente elucidadas se houvesse um planejamento dos cursinhos na busca dessas informações. O que aconteceu é que, ao menos nesse primeiro momento, ambos os projetos foram aparentemente “pegos desprevenidos” por esta mudança no sistema de seleção ao ingresso no ensino superior.

Como já foi dito, não parte de uma ação planejada dos cursinhos ações relacionadas à implantação das cotas. Elas surgem das dúvidas, principalmente no plano operacional, dos educandos, a respeito da efetiva facilitação que as cotas podem proporcionar ou não no ingresso ao Ensino Superior.

Outras implicações menos imediatas e menos evidentes podem ser extraídas das entrevistas realizadas. Implicações que podem fomentar debates para além das informações operacionais a respeito das cotas para os cursinhos populares. Surge latente o debate que aborde a (re)construção do projeto político-pedagógico dos PVP's, a partir da política de ações afirmativas, no que diz respeito aos critérios do vestibular e a visão de sociedade que esses critérios carregam.

A perspectiva da afirmação de grupos historicamente discriminados, como estudantes de escola pública e negros, foi citada por uma das educadoras. Na sua fala, no momento em que responde sobre as modificações que a implantação das cotas acarreta, ela chama atenção para o “aspecto subjetivo” que as mudanças podem ocasionar:

*Muitas pessoas relutavam em se autodenominar negras, pardas, origem étnica, etc. E mesmo a questão social, de repente o cara ficava meio constrangido que tinha estudado lá no Érico ou lá no Ruschi, mas isso depois né, de entrar na universidade. [...] Foi uma democratização do tema mesmo, que passou a fazer parte do cotidiano de todo mundo, todo mundo se sentiu envolvido, mesmo quem não procurou se informar a informação chegou a ponto das pessoas poderem opinar sobre o tema, porque, na verdade, a educação não é um tema restrito aos educadores ou a quem está estudando (Educadora Alternativa 2, 2008).*

Essa perspectiva da construção de um PPP, tendo como base esse acúmulo das ações afirmativas no sentido de valorização subjetiva de seu público-alvo foi uma possibilidade entreaberta pelas falas. O próprio “público-alvo” é um tema a ser (re)debatido. Em duas entrevistas, a questão da mudança do público-alvo foi citada diretamente.

Em uma delas, o Coordenador Pedagógico Alternativa 2 (2008) comenta o despreparo do PVP, assim como da universidade, para receber pessoas com necessidades especiais: *Não tivemos a inscrição de alunos com necessidades especiais até agora no cursinho, mas se tivéssemos não saberíamos como lidar. Não sabemos LIBRAS [Linguagem Brasileira de Sinais]. Não temos nenhuma preparação na graduação.* Em seu entendimento, a UFSM não estaria, da mesma forma, minimamente preparada para esta nova realidade: *Na Universidade, em*

*muitos lugares ainda nem rampa ou banheiros adaptados para cadeirantes existem, que dirá profissionais preparados!, avalia.*

Em outra fala, percebeu-se um “desconforto” que principalmente as cotas para afrodescendentes causam nos cursinhos, até pela falta de debate realizado em seu interior. Basta para comprovar esse desconforto o fato de que duas educandas que se inscreveram pelas cotas para afrodescendentes se negaram a dar entrevista por “vergonha” dessa inscrição. Essa implicação é um elemento do qual os PVP’s não podem fugir de debater. Esta questão foi levantada na seguinte fala:

*Até alguns alunos negros são contra esse tipo de cotas, alunos nossos, aqui. Assim como têm outros que são a favor, precisando ou não do benefício. E talvez as pessoas que são contra não sabem de todo o processo histórico. Outros acreditam que, quem está entrando por cotas, não têm condições de entrar, não têm capacidade intelectual (Coordenador Pedagógico Práxis 2, 2008)*

O que há de comum nas duas falas é o “desconforto” que a nova situação coloca em termos da afirmação de novos sujeitos, antes ocultos. O “surgimento” de pessoas com necessidades especiais e afrodescendentes acaba incomodando, por ser um fato novo, que demanda novas atitudes, novos conhecimentos, novas estruturas. Demanda o repensar de ações. Um repensar político-pedagógico. O que fazer diante dessa nova realidade? Para os dois cursinhos isto não está claro, e a questão das ações afirmativas parece não estar sendo assimilada nestes espaços. Porém, o desconforto pode ser o sinal de um primeiro passo que motive uma reestruturação de projeto.

O debate político-pedagógico que está sendo suscitado em todo o Brasil, em função das cotas, também perpassa o cotidiano do cursinho. Afinal, é uma “vergonha” inscrever-se pelas cotas para negros? Só deve passar no vestibular quem tem mérito individual, independente de sua condição, origem ou necessidade física? São questões que um projeto da natureza dos PVP’s deve procurar responder como condição para a (re)construção de seu projeto. Infelizmente, toda a discussão que se faz nesse sentido nos cursinhos, ao menos até o momento, não é fruto de ação intencional dos projetos, mas de decorrência de algo alheio: a efetivação de uma política pública.

A própria condição dos estudantes dos cursinhos acaba suscitando em suas falas reflexões a respeito do significado das cotas, no que diz respeito a uma política voltada para a erradicação das desigualdades sociais. A seguinte fala corresponde à própria condição de quem teve que interromper os estudos por causa da maternidade e complementou sua formação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que como se sabe, garante a conclusão da educação básica num tempo menor que o ensino convencional:

*Eu fui pelas cotas porque eu pensei que, se é sistema de cotas, se é pessoas que estudaram em colégio público, com certeza o ponto de corte deve ser menor, porque nós já temos essa informação. As pessoas que tiveram escola particular têm muito mais acesso à educação mais completa do que nós, que viemos de colégio público. Já tem pesquisa sobre isso, já foi falado, já foi mais do que refalado, então a gente sabe. Pelo sistema de cotas, o ponto de corte deve ser menor e eu vou por aí. Vou fazer um esforço, vou buscar documentação, porque talvez seja a minha chance de entrar pra universidade. É a mesma coisa que tu tiver numa corrida, tá todo mundo a cavalo e tu tá a pé. A sensação que eu tenho é que tá todo mundo maquinado, têm gente que tá com o motor V8 e eu tô de bicicleta, tu entendeu? A sensação que eu tenho é bem essa aí, mais tô indo pela fé, a fé que move as coisas, fazer o impossível se tornar real. E claro que eu tenho que acreditar em mim. Tem que estudar né? Eu tenho o material de estudo, aqui eles me dão uma base e eu vou pra casa e complemento. Porque, se eu for ficar esperando pelo colégio... Eu praticamente saí do ensino médio pensando que sabia tudo, fui falar com meus colegas e nós não ficamos sabendo nada. Primeiro semestre chegou uma professora bem boa, deu bastante coisa, quando chegou no seno e coseno e “tum”, terminou o semestre. Foi só uma dica e o resto vai buscar em casa. Tive que estudar. Tem que estudar. Segundo semestre não saímos de regra de três simples, porque eu fui estudar em casa [e descobri que] tinha composta. Eu vou estudando sozinha e vou aprendendo sozinha. Não que eu tenha tido acesso (Educanda Práxis 2, 2008).*

Outra percepção que decorre das falas é a resistência em sequer debater a pertinência de políticas raciais, até pela própria origem dos dois cursinhos, de não fazer este recorte. Percebe-se uma certa compreensão, difusa e não sistematizada, de que a reserva de vagas para estudante de escola pública seria suficiente para garantir o acesso ao ensino superior. Esta, mesmo não sendo uma posição

consolidada nos cursinhos, faz parte da opinião pessoal de alguns entrevistados, como se pode constatar, ao serem perguntados sobre a implantação das cotas na UFSM:

*É complicado. Porque como é que eu vou dizer se eu sou isso ou eu sou aquilo? É isso que eu, biologicamente pensando, fico me perguntando. Como é que eu vou dizer: “ah, eu sou negro”. Aí tu vê lá, a pessoa é moreninha, e daí tipo... e isso eu acho, que até é um certo preconceito, como se, pelo fato da tua cor ser essa, tu é menos ou mais. Eu não entendo o porquê dessas cotas. Tudo bem, também não podemos ser hipócritas, há poucos negros na universidade, mas eu acho que não seria por esse lado, e sim implementar uma educação melhor para todos, e não selecionar as pessoas por cor. Eu acho isso muito complicado (Educadora Alternativa 4, 2008).*

A avaliação da implicação das cotas no concurso vestibular, por parte dessa educadora, é negativa, uma vez que o desempenho individual no concurso seria prejudicado em detrimento da reserva de vagas, conforme ela mesmo explica:

*Daí tem que passar por mais uma seleção de: “ah, eu sou dessa cor ou eu não sou dessa cor”. Prejudica. Têm pessoas que tiveram um desempenho, mas as outras passaram porque a cota delas já tinha estourado. Entende? Acho que prejudica mais do que ajuda (Educadora Alternativa 4, 2008).*

A questão da qualidade da universidade também foi um fator levantado por várias falas para a discordância em relação ao Programa de Ações Afirmativas, conforme justifica um dos professores:

*Acho que sou contra, porque é uma maneira de prevalecer o racismo, não só entre raças, mas entre origens de escola. Acho que a universidade tá ali pra todos. A minha área de química é uma das quatro melhores do país, compete com USP, UNICAMP e UFSCAR, estando entre as quatro melhores do país. Então o vestibular muda pra pior porque não seleciona quem sabe mais, vai cair a qualidade dos alunos! É meio que injusta essa situação (Educador Práxis 2, 2008).*

A defesa da seletividade meritocrática, um dos princípios fundantes do antigo modelo do vestibular, segundo o qual o concurso se destinava a aprovar os mais capacitados, independente de sua condição ou origem, é fortemente defendido nessa fala, o que revela que não há uma insensibilidade dos integrantes dos cursinhos às cotas. Esta mudança interferiu pela própria desacomodação de uma ordem que estava dada, e foi alterada. Esse desordenamento trouxe desconforto, dúvida, incerteza, e em alguns casos, como este, contrariedade.

Outro fato levado em conta foi a respeito da efetividade do ingresso de estudantes de escola pública após as cotas. Foi constatado em algumas entrevistas o temor das cotas para afrodescendentes prejudicar o ingresso geral de estudantes de escola pública em relação aos estudantes de escola particular:

*O que acabou acontecendo na minha avaliação é que essa primeira tentativa das políticas afirmativas na universidade acabou propiciando que mais pessoas da escola privada entrassem e menos da escola pública. Então, pra atender uma esfera da sociedade, que no caso é o afrodescendente, que no Rio Grande do Sul é um número muito pequeno comparado ao restante do país, nós acabamos permitindo que mais pessoas da escola privada entrassem e menos da pública. E o afrodescendente não ia fazer muita diferença com essas cotas porque na verdade ele passa pelos filtros da escola pública. Eu defendo que a escola pública tem que ser qualificada no ensino fundamental e médio, que aí tu vai colocar toda essa parcela da população na universidade (Coordenador Pedagógico Alternativa 1, 2008)*

Apesar de quase todos os entrevistados possuírem alguma opinião formada ou em formação a respeito do Programa de Ações Afirmativas, o fato é que, até o momento, não houve um debate no interior dos cursinhos que proporcionasse mudança significativa na configuração de seus projetos político-pedagógicos. Isto não significa que as implicações não se façam sentir. As falas demonstram dúvidas, e em vários casos, temor frente à nova realidade. Na oscilação entre o questionamento e a própria atitude de se fechar frente ao novo, as perguntas giram em torno do fazer pedagógico diante da nova realidade: Por que cotas para afrodescendentes? Não bastariam cotas para estudantes de escola pública? As

cotas para afrodescendentes estão reduzindo o número de egressos para escola pública? Como se preparar para estudantes com necessidades físicas especiais? A qualidade dos estudantes universitários cairá?

A necessidade desse debate foi admitida pelos coordenadores pedagógicos dos dois cursinhos, a partir do questionamento sobre a pertinência das cotas como pauta das discussões político-pedagógicas do cursinho:

*Acredito que sim. Apesar de considerar que estão um pouco falhas ainda as nossas discussões, mas eu acho que tem que ser feita, além de como ela funciona, o porquê ela foi implementada, a exclusão das pessoas de baixa renda, a exclusão que nós temos do negro. Se tu pegar hoje, tu vai ver um ou dois negros por turma, e ainda nos cursos menos disputados (Coordenador Pedagógico Alternativa 2, 2008).*

Em contrapartida, um dos coordenadores do Práxis cita algumas possíveis atividades a serem realizadas pelo cursinho:

*Acho que tem que ter atividades para tirar dúvidas. Tem que vir um pouco das próprias aulas, história, geografia, essa parte social puxar um pouco o tema que é bem possível, e as próprias atividades-extras, talvez algum seminário, alguma coisa assim explicando também como é que funciona (Coordenador Pedagógico Práxis 2, 2008).*

Desta forma, o Programa de Ações Afirmativas implicou na desorganização da ordem anterior, o que gera dúvidas e incertezas no interior dos cursinhos. Esse ambiente entreabre possibilidades ainda insuficientemente exploradas, mas que sinalizam para (re)construções político-pedagógicas.

Antes de aprofundar mais essa discussão, cabe ressaltar uma particularidade percebida pela pesquisa e reafirmada pelas falas: que o PVP Alternativa participou do Programa Diversidade na Universidade, que como já foi dito, inicialmente fora concebido para ser uma alternativa a implementação das cotas. Cabe, portanto, uma pequena discussão sobre o assunto.

Como já foi dito, a disputa nos rumos das políticas públicas de acesso ao ensino superior no nosso país se entrecruza com a trajetória dos PVP's. O programa

“Diversidade na Universidade”, idealizado como proposta após a “Conferência Mundial de Combate ao Racismo” ao final de 2001 na África do Sul, foi apresentado como uma alternativa ao sistema de cotas que havia sido sugerido pela própria Conferência. Para a consecução dessa alternativa, houve uma tentativa de institucionalizar os PVP’s como política pública, através do Programa Inovador de Cursos (PIC), que fazia parte do Programa, apoiando PVP's que fizessem recorte racial em sua proposta (NASCIMENTO, 2007).

Conforme os relatos dos entrevistados, o Alternativa participou do PIC em 2007, ano de implementação das cotas na UFSM. O edital, aberto pelo Governo Federal, pretendia apoiar financeiramente PVP’s que destinassem 50% de suas vagas a afrodescendentes e indígenas, e que propiciassem iniciativas de acesso a bens culturais materiais e imateriais. Segundo o que foi relatado, o PVP destinou trinta de suas vagas para afrodescendentes para cumprir as exigências do edital.

Dentro das atividades fomentadas pelo edital do PIC no Alternativa, o cursinho realizou visitas a museus da cidade e uma viagem às Missões, aonde, segundo um dos coordenadores pedagógicos do Alternativa, foi ressaltada *toda a história que nós temos aqui de repressão aos indígenas, de usurpação da sua cultura, a julgar pelo seu território* (Coordenador Pedagógico Alternativa 2, 2008). Outra atividade relatada foi um simulado com questões do vestibular nas quais, segundo relata uma das professoras, *a gente conseguiu minimamente fazer essa ponte dos conteúdos com a história da escravidão, etc, do que aconteceu e do que não aconteceu* (Educadora Alternativa 3, 2008).

As atividades, fomentadas pelo edital de um programa do Governo Federal, constituíram-se em iniciativas de ação afirmativa com recorte racial, realizadas pelo cursinho, que posteriormente não evoluíram. Segundo os relatos, com o fim do edital, não se fez mais a seleção de inscritos para o cursinho utilizando-se o critério racial, nem tampouco atividades pedagógicas da natureza do simulado, abordando intencionalmente a história afrobrasileira.

Convém ressaltar ainda que o Programa “Diversidade na Universidade”, concebido no final do governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2002, tinha em sua gênese o claro objetivo de ser alternativa às cotas, conforme será aprofundado posteriormente. No governo Lula, onde foi efetivamente implementado, sua configuração foi bastante modificada, chegando em 2007 a uma política

afirmativa da população negra e indígena, mas retirando da centralidade de seu objetivo a substituição ao programa de reserva de vagas no vestibular. A centralidade do PIC, ao menos para os entrevistados, estava focada na valorização do acesso a bens culturais materiais e imateriais, traduzida em passeios a museus, oficinas sobre patrimônios culturais, e uma excursão às ruínas das Missões Jesuíticas.

Desta forma, pode-se dizer que o PVP, neste caso, de forma reativa a um investimento governamental, realizou uma ação afirmativa de recorte racial, de caráter pontual, que teve duração igual à duração do edital, não tendo continuidade com o fim das exigências dessa política de fomento. Os PIC do Programa “Diversidade na Universidade” tentaram consolidar os PVP's como políticas públicas afirmativas, num primeiro momento substitutivas às cotas no vestibular, e num segundo momento complementares a esta política. A questão que se coloca é: houve êxito nessa tentativa? Novamente se coloca a questão da função de um PVP. Para que serve um PVP: é uma política pública ou um movimento social?

Como política pública, o PVP é um ente da sociedade civil, portanto da esfera privada, que auxilia a implementação das políticas de responsabilidade do Estado. Como movimento social, propõe autonomamente políticas que cabem diretamente ao Estado, ou seja, à esfera pública.

Pensando e fazendo os PVP's como movimento social, militantes sociais e estudantis organizados em torno de PVP's expressivos, como o PVNC e o EDUCAFRO, encamparam a luta a favor da implementação das cotas raciais e sociais na universidade. Sua atuação se fundamentou na premissa de que o Estado não estava garantindo igualdade de acesso ao conhecimento, alijando marcadamente negros e pobres do ingresso no ensino superior. Estes PVP's se negaram a atuar como política pública, criticando por isso o PIC.

No caso do Alternativa e do Práxis, há indicadores que levam a afirmar que o primeiro tem atuado predominantemente como política pública, enquanto que o segundo se propõe como movimento social. O Alternativa, portanto, tem se lançado à tarefa de “tapar buraco” de um Estado que não garante educação básica de qualidade, e isto é reconhecido pelas próprias escolas de Santa Maria/RS, como foi

observado através do relato da coordenação pedagógica do cursinho, ao solicitarem que o PVP tenha “um braço” ou “uma perna” de suas atividades nas escolas.

Já o Práxis tem se proposto a atuar como movimento social; ao menos, esta é a intencionalidade expressa na fala de seus gestores. Sua atuação tem se dado na organização coletiva de educadores e educandos pela busca de propostas concretas de democratização da educação. Apesar de também preparar para o vestibular, o curso procura fomentar um debate sobre os limites desse instrumento de seleção, apontando pensares e fazeres alternativos política e pedagogicamente. Trata-se de um curso que prioriza a educação popular que, conforme Santos (2007), se constrói a partir da valorização e do encontro do saber popular e da realidade popular com o saber científico.

É pertinente a avaliação dos resultados práticos desses dois caminhos desenvolvidos pelos PVP's. Efetivamente, quais os resultados práticos desses dois projetos?

A perspectiva que entende o PVP enquanto política pública tem sofrido derrotas significativas, que se refletem no fracasso quantitativo e qualitativo do programa “Diversidade na Universidade”, principalmente no que diz respeito a lograr a aprovação de afrodescendentes, indígenas e pessoas de baixa renda na universidade. No plano quantitativo, as taxas de aprovação dos estudantes beneficiados pelo programa não conseguem ultrapassar a pífia marca dos 17,5%, na mais otimista das avaliações. Os PVP's enquanto política pública de promoção de acesso ao ensino superior têm conseguido desempenhos parcos e insuficientes. No plano qualitativo, como se nota no caso do Alternativa, as ações afirmativas são realizadas de maneira ativista, para mero cumprimento burocrático de exigências de um edital, sem haver debate mais aprofundado, sendo pouco duradouros seus resultados.

Por outro lado, a perspectiva que concebe o PVP enquanto movimento social tem obtido vitórias sucessivas. Os últimos cinco anos têm sido marcados por mudanças significativas no sistema de ingresso ao ensino superior. A adoção de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais como forma de ação afirmativa de

grupos historicamente alheios do espaço universitário tem recebido a adesão cada vez mais instituições de ensino superior.

Na rede privada, a lei 11.906/05 (Programa Universidade para Todos, o Prouni), regulamenta o sistema de reserva de bolsas de estudos para todos os grupos supracitados. Segundo dados de 2008 da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mais da metade das universidades estaduais em todo o Brasil e 42% das instituições federais de ensino superior já adotam algum tipo de ação afirmativa atualmente. E finalmente, em 2008, a lei das cotas nas universidades foi aprovada no Congresso, instituindo 50% da reserva de vagas para estudantes de escola pública, observando a proporcionalidade para negros, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

Sobre esse momento de mudanças no sistema de ingresso no ensino superior:

Se juntarmos os dois movimentos de abertura do ensino superior para brancos de baixa renda e para os não-brancos, as cotas nas universidades públicas e o ProUni em apenas cinco anos serão capazes de colocar quase meio milhão de estudantes negros que ingressarão no mercado ou na pós-graduação, levando consigo a esperança pessoal e familiar, num acontecimento de proporções monumentais, sem paralelo qualquer na história da sociedade brasileira. (NASCIMENTO et al., 2008, p.12)

Este estado de coisas coloca um questionamento instigante: a partir deste quadro em que os PVP's, enquanto política pública têm se demonstrado ineficientes, e enquanto movimento social têm conseguido vitórias em suas principais pautas, não seria o momento de admitir o esvaziamento da própria razão de existência dos PVP's? Colocando a questão em outras palavras: já que os PVP's não têm eficácia de aprovação do seu público-alvo e já conseguiram a principal pauta de suas reivindicações, que é a implementação de cotas, para que se justifica a existência dos PVP's?

É claro que estes questionamentos têm o sentido de provocação. É muito provável que os PVP's continuem existindo, mas sem dúvida é necessário um repensar de seus projetos político-pedagógicos. É preciso que os PVP's admitam sua ineficiência em preparar para o vestibular o seu público-alvo, para que possam pensar seus projetos a partir desse dado. Da mesma forma, é preciso projetar político-pedagogicamente os PVP's em uma situação pós-aprovação das cotas, e

até mesmo para além do vestibular, cuja extinção já se encontra num horizonte de possibilidades. O problema da presente pesquisa se apresenta aos PVP's, como condição para a reelaboração de seus PPP's.

Diversas questões teóricas são formuladas pela nova conjuntura desenhada pela implementação do Programa de Ações Afirmativas, questões essas que se impõem claramente para a reelaboração dos projetos dos PVP's. A “aparição” de sujeitos antes ocultos desorganiza a ordem do antigo vestibular onde todos eram aparentemente iguais. Como trabalhar pedagogicamente o racismo? A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais?

Colocando a problemática de outra forma: “O vestibular é elemento limitador da criatividade político-pedagógica” (SANTOS, 2007, p.99), pois se está preso aos conteúdos previstos no concurso. Agora que o vestibular se altera, na medida em que o mérito individual passa a não ser o único critério de seleção, agregando-se variáveis como cor/raça/etnia, origem social, necessidades físicas, e considerando-se ainda que haja um indicativo até mesmo de sua extinção, é possível atuar com mais autonomia político-pedagógica? O que muda com as cotas? O vestibular muda? Os PVP's mudam?

As respostas a estas perguntas se darão de acordo com as opções tomadas pelos organizadores dos PVP's. Cabe à comunidade construtora desses espaços reelaborar seus PPP's, tendo em vista a reorganização promovida pelas políticas de acesso ao ensino superior observadas notadamente nos últimos cinco anos.

A educação como projeto político no âmbito dos PVP's é uma discussão entreaberta e coletiva. Sem pretensão de encerrar o debate, Santos lançou contribuições para possíveis caminhos, que dividiu em dois subitens: “I) o surgimento de práticas inovadoras nos planos político e pedagógico e II) a consubstanciação dos pré-vestibulares como um espaço de formação de educadores” (SANTOS, 2007, p.106).

No primeiro subitem, Santos cita inovações que já estão surgindo em experiências pelo Brasil a partir das críticas ao vestibular como forma de ingresso. Em vários lugares, cita ele, vão surgindo cursos que se autodenominam de “pré-universitários”, “subvertendo a lógica pedagógica da preparação para o vestibular – que vai ser secundarizada em relação à preparação para a Universidade” (SANTOS,

2007, p.106). Nestes cursos pré-universitários, o objetivo é colocar o educando em maior contato com a universidade que ele procura entrar, com a perspectiva do trabalho interdisciplinar, com a valorização do educando pesquisador, e com o maior envolvimento da escola e da família, principalmente no aspecto motivacional do educando.

No segundo subitem, o autor se refere ao fato de que “os pré-vestibulares vem funcionando como espaços formais e reais de formação de professores” (SANTOS, 2007, p.107). Destaca-se, por exemplo, que a contribuição dos PVP’s Alternativa e Práxis para a formação inicial dos licenciados em geografia pela UFSM já foi objeto de estudo deste pesquisador em Trabalho de Graduação<sup>9</sup>. Em contato com um espaço de ensino-aprendizagem, na qualidade de educadores, e ainda em contato com ao saberes populares, os acadêmicos das licenciaturas estariam em contato com um espaço de legítima formação para a educação popular, na medida em que seria uma exigência imposta a estes acadêmicos/educadores “para estabelecer um diálogo e para conferir qualidade à formação, [buscar] uma aproximação com os saberes dos alunos” (SANTOS, 2007, p.108).

As possibilidades são muitas, mas só se concretizarão na medida em que, efetivamente, os PVP’s sintam a necessidade de reelaborar seus PPP’s frente às novas realidades de ingresso colocadas pela Implantação dos Programa de Ações Afirmativas. Adiante, nas conclusões da pesquisa, propõe-se uma discussão a partir de entrevistas realizadas com educadores, educandos e coordenação pedagógica dos PVP’s Alternativa e Práxis a respeito da implantação das cotas e dos objetivos principais dos cursinhos.

---

<sup>9</sup> PEREIRA, I. C. **A relação entre a formação inicial do professor de geografia na UFSM e os Pré-Vestibulares Alternativa e Práxis: a perspectiva do pronunciamento da palavra.** Monografia de Graduação. Santa Maria, UFSM, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação do Programa de Ações Afirmativas, que já se desenvolve em diversas universidades federais, dentre elas a UFSM, é a de que pode potencializar a educação para, uma vez que é direito social, ser um instrumento para a busca de um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A necessidade de uma iniciativa pública de materialização de uma igualdade que formalmente consta na Constituição é o objetivo assumido pelo Estado, adotando esta política.

Esta medida, tendo em vista as reformas neoliberais dos anos noventa, que procuraram reduzir a responsabilidade do Estado com a educação, reassume parte de sua responsabilidade. O Estado, com este movimento, retoma a necessidade de intervenção estatal no interesse do cumprimento de mecanismos constitucionais.

Nos anos noventa, proliferou-se o desenvolvimento de uma intensa e contraditória relação do público com o privado no que diz respeito à construção de iniciativas voltadas para o ingresso no ensino superior. Estas iniciativas, múltiplas e contraditórias, denominaram-se genericamente de Pré-Vestibulares Populares (PVP's). A proliferação destes espaços operados pela sociedade civil (movimento negro, estudantil, comunitário sindical, igrejas, ONG's, indivíduos voluntários), portanto na dimensão do privado, foram respostas a uma demanda premente: apenas 12% dos jovens em idade universitária têm acesso a este espaço. Mais de 80% encontra-se fora dos muros das Instituições de Ensino Superior.

Os PVP's, portanto, respondem a uma ação imediata, organizando Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) contraditórios. Isto significa dizer que foram vários os caminhos encontrados pela sociedade frente à necessidade de democratização do acesso ao ensino superior. Sem querer simplificar os PVP's, pode-se apontar dois grandes caminhos político-pedagógicos em todo país: o caminho do PVP como política pública híbrida. E o caminho do PVP como movimento social.

O PVP como política pública híbrida legitima o Estado de feição neoliberal, uma vez que assume a privatização da educação. Em outras palavras, frente a um Estado omissivo na garantia do direito social de ensino superior, o PVP pretende se configurar como uma política pública híbrida, fruto do engajamento voluntário de setores da sociedade na preparação para o vestibular de estudantes que não têm condições de custear cursos preparatórios pagos. Assim, o PVP acaba sendo colonizado pelo Estado na medida em que opera em parceria com seus objetivos de redução de custos com direitos sociais. O PVP como política pública híbrida, funciona como “tapa-buraco” de um Estado negligente com a educação.

Por outro caminho, o PVP como movimento social organiza-se como instrumento de cobrança deste mesmo Estado de feição neoliberal, questionando a privatização da educação. Nesta perspectiva, o PVP opera na formulação de propostas de democratização do ensino superior, que são apresentadas por meio de lutas sociais ou por meio da elaboração de práticas pedagógicas alternativas ao conjunto de políticas implementadas por este Estado. Assim, todo um campo de alternativas concretas ao modo de gestão neoliberal, construídas pela organização coletiva de educadores e educandos na busca de soluções a um estado de situações de vulnerabilidade social, são características apresentadas pelo PVP enquanto movimento social.

A presente pesquisa incidiu sobre o desordenamento da relação entre o Estado e a sociedade civil, entre o público e o privado. Por isso, a problemática é a implicação da implantação do Programa de Ações Afirmativas nos PVP's. A reserva de vagas desordena a antiga ordem do vestibular como sistema de seleção à universidade. O critério meritocrático, que seleciona “os melhores”, foi considerado, com essa política, falho, por aprofundar as desigualdades sociais. Porém, outra política passou a valer. Como passa a se comportar o privado frente a essa nova organização do público?

O objeto de pesquisa deste estudo foram os PVP's Alternativa e Práxis, projetos desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria, que fizeram parte da vivência acadêmica deste pesquisador. São espaços que, operados na dimensão híbrida entre o público e o privado, uma vez que são organizados pelos estudantes da UFSM mas são projetos ligados a esta universidade, exibem PPP's distintos.

Para o Alternativa, a prioridade é a preparação para o vestibular. As atividades paralelas ou complementares ainda são relacionadas ao objetivo central. Como acréscimo, e de certa forma em decorrência dessa centralidade, o Alternativa ainda se projeta como um espaço de formação inicial dos acadêmicos das licenciaturas, oferecendo experiência com a sala de aula, com preparação de apostilas, desenvolvimento e aplicação de metodologias de ensino. O vestibular, neste espaço, sempre é o limitador e o elemento que vai organizar as iniciativas pedagógicas. O Alternativa posiciona-se como projeto institucional, que não pode ir além do que está estabelecido. Posiciona-se como política pública híbrida.

Já o Práxis não se prende tanto ao vestibular como prioridade. Procura desenvolver atividades que organizem educandos e educadores em torno da solução de barreiras concretas do ingresso ao ensino superior: o custo das passagens, a taxa de inscrição ao vestibular, para além da baixa qualidade da educação básica, motivam oficinas de geração de trabalho e renda, pautados nos princípios da educação solidária. Para além e em decorrência dessa opção, procura-se incidir na formação inicial dos estudantes das licenciaturas para a educação popular, que elabora práticas pedagógicas a partir do saber popular dos educandos. Projeta-se como movimento social.

Estes PPP's distintos vão se relacionar, num primeiro momento, de maneira parecida em relação à implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFSM. As iniciativas vão partir dos educandos de ambos os espaços, a partir das dúvidas que surgem na hora de se inscrever. Dúvidas majoritariamente operacionais. Vale a pena se inscrever pelas cotas? A relação candidato/vaga será mais alta? E o ponto de corte?

O momento de realização das entrevistas contribui para este ambiente de dúvidas, uma vez que era antes do primeiro vestibular com reserva de vagas e ponto de corte diferenciados entre os grupos cotistas (estudantes de escola pública, afrodescendentes, pessoas com necessidades especiais, não cotistas). No entanto, nenhuma ação significativa por parte de educadores e coordenação pedagógica foi realizada no sentido do debate efetivo desse Programa.

Merece registro o Projeto Inovador de Curso (PIC), programa de fomento de PVP's do governo federal, que acabou financiando o Alternativa no ano de 2007,

ano de implementação do Programa de Ações Afirmativas na universidade. Este programa acabou reorganizando momentaneamente o cursinho, que selecionou seus educandos utilizando reserva de vagas para afrodescendentes e um simulado do vestibular abordando História Afrobrasileira. Além disso, foi organizada uma excursão às Missões Jesuíticas, onde foi destacado a usurpação cultural, territorial e material dos indígenas. Estas iniciativas afirmativas, contudo, não tiveram continuidade com o fim do fomento.

A julgar pela maioria das entrevistas, há uma forte intersecção entre o público beneficiados pela reserva de vagas e os educandos dos PVP's em questão. No entanto, nenhum dos PVP's faz o recorte racial, à exceção do Alternativa, que o fez de maneira pontual. Isto significa uma implícita discordância com essa política?

Não se conseguiu entrevistar, durante o trabalho, nenhum estudante que se inscrevesse por cotas para afrodescendentes. Duas estudantes negras se negaram a ser entrevistadas, alegando vergonha das cotas. No plano discursivo, tanto em um cursinho quanto em outro, entrevistados se posicionavam individualmente favoráveis ou contrários às cotas, sendo os argumentos pouco diferentes do debate que vem se travando na sociedade em torno do tema. Do lado contrário, a alegação de que raça não existe, de que a qualidade dos alunos será reduzida, de que cota para estudante de escola pública seria suficiente. Do lado favorável, basicamente a necessidade de reparação histórica da escravidão negra, o fato de que o ensino superior foi historicamente um espaço da elite.

No entanto esse debate não produziu, até o momento cristalizado pelas entrevistas, ações político-pedagógicas concretas destes espaços, muito embora esta vontade esteja num horizonte intencional dos dois PVP's. Isto não significa que não tenham ocasionado notáveis implicações, principalmente nos pensares dos cursinhos.

As inúmeras dúvidas e um visível desconforto manifesto por muitas das entrevistas é sinal de uma possível mudança concreta de projetos, ainda que seja difícil prever os caminhos que serão trilhados. A emergência da questão racial e a demanda da inclusão das pessoas com necessidades especiais são dados que incomodam, e que tendem a desacomodar, provocando um movimento de novos pensamentos e atitudes.

As políticas do governo federal serão responsáveis, se somados o “Programa de Ações Afirmativas” nas universidades federais e estaduais e o “Programa Universidade Para Todos” (PROUNI), que incide sobre o ensino privado, pela inserção de milhares de estudantes negros e pobres no ensino superior. O próprio vestibular já está objetivamente em processo de reformulação e apresenta-se em proposta de sua extinção. O elitismo do ensino superior é um problema assumido pelo Estado com ações, que mesmo passíveis de críticas, são concretas e estão em curso.

A literatura apresentada neste trabalho constatou os poucos resultados dos PVP's como política pública, aprovando menos de 20% de seus estudantes para o vestibular. De outro lado, as mudanças dos últimos cinco anos demarcam importantes vitórias dos PVP's como movimento social.

Este reordenamento exige um repensar dos PVP's: preparar para o vestibular ou preparar para a universidade? É um questionamento apresentado por Santos (2007) ao sugerir elementos para a construção de uma educação anti-racista.

O evidente atrelamento ao vestibular é um grande limitador político-pedagógico dos PVP's. Aprisionados pelos conteúdos descontextualizados, pela decoreba no preparo para o exame, fica difícil ir além de uma pedagogia tradicional.

Quando sobra tempo para a tentativa de atividades transdisciplinares? Para articulação do saber científico do saber popular? Fica tudo relegado a passar matéria para o vestibular, porque o tempo é curto.

O contato dos acadêmicos das licenciaturas com os problemas sociais é uma possibilidade ainda insuficientemente explorada, ainda mais por se tratar de projetos universitários, no caso do Alternativa e do Práxis. Os PVP's deveriam ser mais efetivamente projetos que articulassem o tripé onde se assenta a universidade: o ensino, a pesquisa, e a extensão.

Em decorrência mesmo da necessidade de uma formação inicial das licenciaturas, o racismo e a educação especial são questões das quais os PVP's não deveriam fugir, como estão fazendo atualmente. Os licenciados, que na educação básica entrarão em contato com a necessidade do ensino de História Afrobrasileira e com a necessidade de inclusão de pessoas com necessidades especiais, não têm nos PVP's, atualmente, um espaço de discussão e pesquisa sobre esses temas.

Existem possibilidades visivelmente entreabertas para a (re)construção político-pedagógica dos PVP's, numa perspectiva mais pré-universitária do que pré-vestibular, com uma maior articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, numa efetiva maior integração entre universidade e comunidade. Ambos os PVP's reconhecem a necessidade de ações que levem a esse debate.

Trata-se de um debate que precisa ser feito, porque junto com ele se repensa a própria universidade, e para além disso, a sociedade que se deseja. Este é um desafio que os PVP's encararão, certamente, na (re)construção de projetos originais, elaborados coletivamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. P. **Diversidade na Universidade:** o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008.

ALTERNATIVA – pré-vestibular popular. Santa Maria: UFSM, 2004. Disponível em: < <http://www.ufsm.br/alternativa/>>. Acesso em: fev. 2008.

BACHETTO, J. G. **Os cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000):** a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. São Paulo: USP, 2003.

BENEVIDES, M. V. **A democratização do acesso ao Ensino Superior.** In: Revista *Adusp*, v. 33, outubro / 2004.: p.21-24.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (3), Janeiro-Julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 13 set. 2009.

GRANCE, E.; MANEIRO, M. *Pré-vestibulares populares, sua ação, seus desafios e seus paradoxos.* In: CARVALHO, José Carmelo et al. **Cursos Pré-Vestibulares Comunitários:** Espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Docência em Formação).

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê.** São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.* **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. Spe, 2007.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 set. 2009.

MAFFEI, A. M.; LUZ, A. C. da; LUTZ, T. M. *Curso Pré-Vestibular Popular Alternativa – Perspectiva de Educação Popular Vivenciada*. In: XIV Jornada de jovens pesquisadores da AUGM: empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional, 2006, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSM/Curso%20PrVestibular.doc>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, nov. 2002.

NASCIMENTO, A. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. Disponível em: <<http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/dissertacaomestrado.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

NASCIMENTO, A. **A importância do projeto político-pedagógico para os cursos pré-vestibulares**. Disponível em: <[http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto\\_pvp4.htm](http://alex.nasc.sites.uol.com.br/textos/texto_pvp4.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2008.

PRÁXIS - coletivo de educação popular, blog. Santa Maria: 2007. Disponível em: <<http://praxispopular.zip.net/>>. Acesso em: fev. 2008.

PVNC: Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes. **Histórico do PVNC**. Rio de Janeiro, nov. 2006. Disponível em: <<http://pvnc.sites.uol.com.br/historicopvnc.htm>>. Acesso em 2008.

NASCIMENTO, A. do; COCCO, G.; ROQUE, T.; ARANY, L.; BENTES, I. **Por uma universidade verdadeiramente pública (e não apenas estatal!)**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Espaço Acadêmico ([www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)), Número 45, fev/2005.

OLIVEIRA, C. S. **Breve Esboço de um estado de arte dos cursos pré-vestibulares populares no Rio Grande do Sul.** Santa Maria: UFSM, 2007.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Recife: Bagaço, 2005.

PEIXOTO, M. G. *A reforma do ensino privado.* In: **Revista Princípios**, nº 73, abr. 2004.

PEREIRA, I. C. **A relação entre a formação inicial do professor de geografia na UFSM e os Pré-Vestibulares Alternativa e Práxis:** a perspectiva do pronunciamento da palavra. Monografia de Graduação. Santa Maria: UFSM, 2008.

PEREIRA, T. I. **Pré-Vestibulares Populares em Porto Alegre:** na fronteira entre o público e o privado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PINTO, P. G. da R. **Ação Afirmativa, Identidades e Práticas Acadêmicas:** Uma Etnografia das Cotas Para Negros na UERJ. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança e Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, M. *Educação para cidadania:* questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

SALDANHA, J. M. L. **Educação, ações afirmativas e o papel do poder judiciário.** Santa Maria, 29/05/2008, Fórum Mundial de Educação.

SANTOS, J. T. dos; QUEIRÓZ, D. M. **Vestibular com cotas:** análise de uma instituição pública federal. Salvador: UFBA, 2005.

SANTOS, R. E. *Pré-vestibulares populares:* dilemas políticos e desafios pedagógicos. In: CARVALHO, José Carmelo; ALVIM FILHO, Hélcio; COSTA, Renato Pontes (orgs.) **Cursos pré-vestibulares comunitários:** espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2005, p. 188-204,

287p.

\_\_\_\_\_. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, D. **Universidade pública:** fator estratégico ao desenvolvimento (entrevista). **Princípios**, n. 73, p. 29-35, jun./jul. 2004.

SOARES, A. L. R.; FLÔRES, J. R. A. (Org.). **O Programa inovador (PIC) de cursos e sua implementação na UFSM.** Santa Maria: FACOS/UFSM, 2008.

VASCONCELOS, S. D. e SILVA, E. G. da. *Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo.* **Ensaio:** avaliação de políticas públicas em educação, vol.13, n. 49, 2005.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

NASCIMENTO, A. do. et. al. **Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas.** 2008. Disponível em <<http://www.pvnc.org>>. Acesso em 07 jan. 2009.

NASCIMENTO, A. do. et. al. **Manifesto em favor das cotas e do estatuto da igualdade racial.** 2006. Disponível em <<http://alex.nasc.sites.uol.com.br>>. Acesso em 03 jan. 2009.

OLIVEIRA, C. S. **O Práxis-coletivo de educação popular e a universidade em movimento.** 2008. 171f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, 2008.

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso de Especialização em Gestão Educacional**

**Título da pesquisa: As Implicações do Programa de Ações Afirmativas nos Pensares e Fazeres dos Pré-Vestibulares Populares Alternativa e Práxis**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DOS PRÉ-VESTIBULARES  
POPULARES:

SEGMENTOS COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCADORES:

1. Há quanto tempo você participa do cursinho?
2. O que te motivou a participar do cursinho?
3. Quais os principais objetivos do PVP?
4. Você tem acompanhado a implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFSM?
5. Você considera que o vestibular mudou com a implementação das cotas? Se sim, qual sua avaliação dessa mudança?
6. As cotas tem interferido de alguma forma no cotidiano do PVP? Se sim, de que forma?

SEGMENTO EDUCANDOS:

1. É seu primeiro vestibular? Se não, é o primeiro no cursinho?
2. O que te levou a participar do PVP?
3. Quais os principais objetivos do PVP?
4. Você se inscreveu pelas cotas?
5. Você acha que o vestibular mudou com as cotas? Se sim, melhorou ou piorou?
6. Você tem comentado sobre as cotas com colegas, professores e coordenação? Como o debate das cotas tem interferido no dia a dia do cursinho?